OIM MOÇAMBIQUE

ESTRATÉGIA DE MOÇAMBIQUE

2021–2023

OIM
ONU MIGRAÇÃO

OIM MOÇAMBIQUE

ESTRATÉGIA DE MOÇAMBIQUE

2021–2023

OIM
ONU MIGRAÇÃO

As opiniões dos autores não reflectem, necessariamente a posição da Organização Internacional para as Migrações. As designações empregadas e a apresentação do material em todo o presente documento não implica a expressão de nenhuma opinião por parte da OIM no que respeita ao estatuto legal de quaisquer paises.

A OIM esta empenhado no princípio de migração humanitário e ordenado para que beneficie migrantes e a sociedade. Como uma organização internacional, a OIM actua com os seus parceiros da comunidade internacional para: prestar assistência no cumprimento dos desafios internacionais da migração; avanços na compreensão de assuntos migratórios; encorajar desenvolvimento económico e social através da migração; e manter a dignidade humana e o bem-estar dos migrantes.

Editora: Organização Internacional para as Migrações
Rua Joseph Kizerbo, 139,
Maputo
Mozambique
Email: iommaputo@iom.int
Website: mozambique.iom.int

Esta publicação foi emitido sem editoração formal pela OIM.

Desenho do relatório We2 – www.we2.co

Cover photo: A equipa da OIM apoiam as autoridades locais em Paquitequete, Pemba no registro de deslocados internos que tinham fugido da insegurança no norte de Cabo Delgado. Entre 16 de Outubro e 11 de Novembro 2020 acima de 14,400 deslocados internos chegaram de barco na praia do Paquitequete. A chegada de barcos culminou com 29 embarcações num só dia nos finais de Outubro. *© IOM 2021/Matteo THEUBET*

Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2021. OIM - ESTRATÉGIA DE MOÇAMBIQUE 2021- 2023. OIM . Moçambique.

© IOM 2021

Alguns direitos reservados. Este trabalho está disponível sob o Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 IGO License (CC BY-NC-ND 3.0 IGO).*

Para obter mais especificações, consulte o Copyright and Terms of Use.

Reserva-se todos os direitos. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, arquivada em um sistema de recuperação, ou transmitida em qualquer forma ou por quaisquer meios, eletrônico, macânico, fotocópia, gravado ou de outra maneira sem autorização prévia por escrito do editor..

Permissões: As solicitações de uso comercial ou outros direitos e licenças devem ser enviadas para o publications@iom.int.

* https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode

PUB2021/052/R

TABLE OF CONTENTS

Acrônimos 7

OIM em Moçambique 11

Análise de Contexto 14

Temas Transversais 20

Abordagens de Implementação 22

Prioridades Estratégicas e Áreas Focais 24

Prioridade Estratégica 1: Governação da Migração 20

Prioridade Estratégica 2: Promover a Resiliência e Soluções Duradouras 28

Prioridade Estratégica 3: Preparação e Resposta Humanitária 34

Parceiros de Coordenação 46

Monitoramento, Avaliação, Responsabilidade e Aprendizagem (MEAL) 48

Comunicação e Visibilidade 49

ACRÔNIMOS

CCS	Conselhos Comunitários de Segurança
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
DDR	Desmilitarização, Desarmamento e Reintegração
DRR	Redução do Risco de Desastres
DTM	Matriz de Rastreamento de Deslocados
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GFDRR	Fundo Global para a Redução e Recuperação de Desastres
INGD	Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres
IOM	Organização Internacional para as Migrações
LGBTQ	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MCOF	Quadro Operacional de Crise Migratória
MHPSS	Protecção, Saúde Mental e Apoio Psicossocial (MHPSS) em Situações de Emergência
MiGOF	Quadro de Governança Migratório
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
MINEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MINT	Ministério do Interior
MISAU	Ministério da Saúde
MITESS	Ministério do Trabalho e Segurança Social
PGR	Procuradoria-Geral da República
PRM	Polícia da República de Moçambique
PPP	Parcerias Público-Privadas
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SADC	A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SDGs	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
SENAMI	Serviço Nacional de Migração
TiP	Tráfico de Pessoas
UN	Nações Unidas

AGRADECIMENTOS

A OIM Moçambique gostaria de agradecer a todas as instituições governamentais, organizações da sociedade civil, doadores, agências irmãs das Nações Unidas, e outros parceiros e intervenientes que dedicaram o seu tempo para responder aos questionários. O feedback e os contributos têm sido tremendamente úteis, especialmente por não se ter realizado uma consulta presencial ampla devido à propagação da pandemia de doença corona vírus de 2019 (Covid-19). Além disso, a OIM Moçambique gostaria de expressar a sua gratidão aos colegas do Escritório Regional para a África Austral em Pretória, África do Sul, bem como aos colegas da OIM na Sede em Genebra, Suíça, que partilharam os seus conhecimentos e forneceram orientação durante o desenvolvimento da Estratégia 2021-2023 da OIM Moçambique.

Famílias no campo de reassentamento recebem materias de abrigo e Itens Não-Alimentares (NFIs) para facilitar a recuperação após Ciclone Idai.
© OIM 2019/Sandra BLACK

PREFÁCIO

Moçambique tem sido historicamente caracterizado por padrões dinâmicos de mobilidade humana que contribuem para o desenvolvimento, a economia e a subsistência das comunidades. Contudo, os benefícios de uma migração bem gerida para o desenvolvimento ainda não foram maximizados em todo o seu potencial através de abordagens multissectoriais de gestão da migração que promovam uma migração segura, ordeira e regular em Moçambique. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) tem operado em Moçambique desde 1994. A OIM tem uma presença sólida no país, com uma presença permanente em quatro províncias e programação em todas as dez províncias. A OIM continua a trabalhar em estreita colaboração com o Governo de Moçambique e várias partes interessadas nas multifacetadas questões de migração que afectam o país.

A migração e a mobilidade humana tornaram-se uma das principais tendências do século XXI e uma das questões mais actuais e controversas do nosso tempo. Com quase 250 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo, os migrantes constituem cerca de 3 por cento da população mundial, e todos os indícios mostram que o fenómeno tem mais probabilidades de estar em ascensão nas próximas décadas.

Moçambique não é excepção nessa tendência. O país é grande e tem mais de 53 pontos de passagem de fronteira e países ligados por terra (Eswatini, Malawi, Zâmbia e Zimbabwe) e, portanto, é uma das principais ligações aos principais portos marítimos e ao centro regional da África Austral. Estes corredores de transporte (Corredor de Maputo, Beira e o de Nacala) acolhem as populações móveis e migrantes, incluindo os comerciantes transfronteiriços e os transportadores de longa distância. Além disso, moçambicanos das províncias do sul de Maputo, Gaza, Inhambane e, em menor escala, Manica, migraram historicamente para trabalho, principalmente na África do Sul, mas também para outros países. Além disso, mais de 500.000 pessoas foram deslocadas internamente devido a desastres naturais e à insegurança desde 2017. Além disso, Moçambique está localizado ao longo de um corredor de migração, a chamada Rota Sul, frequentemente usada por migrantes de Leste e do Corno de África para viajar para a África do Sul em busca de protecção e oportunidades económicas e educacionais.

Neste contexto, Moçambique depara-se com uma oportunidade de depender dos resultados positivos de uma migração bem gerida, alavancando a complexa relação bidireccional entre migração e desenvolvimento. Tal alavancar só será possível através do entendimento de que a migração é um fenómeno multissectorial e não linear que requer uma abordagem integrada e holística a todos os níveis do Governo. Ao tornar-se parte do Global Compact on Migration, o Governo de Moçambique fez uma declaração ousada, uma vez que a sua participação irá trazer as migrações para o centro do desenvolvimento e do multilateralismo no país e na região. Com a inclusão da migração como tema transversal na Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, todos estes instrumentos internacionais servirão Moçambique no seu esforço de suportar os benefícios positivos de uma migração bem gerida.

A OIM Moçambique desenvolveu esta Estratégia Nacional sobre esse pano de fundo; que a estratégia sirva de modelo para a programação da OIM no país até 2023. A estratégia é baseada na posição da OIM de que a migração não é um problema a ser resolvido, mas uma realidade humana a ser gerida, e se bem gerida, será benéfica para os países de origem, trânsito e destino, assim como para os migrantes e a sociedade em geral. Os resultados esperados registados nesta estratégia só podem ser alcançados através dos esforços colectivos de todas as partes interessadas. A OIM está pronta a contribuir para os esforços do Governo e a trabalhar com todos intervenientes ao encontro de uma gestão reforçada da migração.

Laura Tomm-Bonde
OIM Moçambique, Chefe de Missão

OIM EM MOÇAMBIQUE

Moçambique é um Estado Membro da OIM desde 2011. A OIM Moçambique opera a partir da sede em Maputo, assim como das sucursais na Beira e Pemba e dos escritórios satélite na Cidade de Nampula (Província de Nampula), Memba (Província de Nampula) e Ibo (Província de Cabo Delgado). A partir de Dezembro de 2020, a programação activa da OIM inclui Saúde Migratória, Protecção e Assistência aos Migrantes, Regresso Voluntário Assistido e Reintegração, Construção da Paz e Resiliência Comunitária, Imigração e Gestão de Fronteiras, Pesquisa Migratória e programação multi-sectorial de emergência e recuperação relacionada com os ciclones Idai e Kenneth, bem como a deslocação no norte de Moçambique devido à situação de insegurança na província de Cabo Delgado. A OIM está a trabalhar de perto com o Governo de Moçambique e tem vindo a prestar apoio técnico e assistência ao Governo desde 1994.

6
ESCRITÓRIOS

416
FUNCIONÁRIOS

231

185

90%
funcionários nacionais

Fonte: Humanitarian Data Exchange - data.humdata.org.
Nota: Este mapa é apenas para fins ilustrativos. Os limites e nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam endosso oficial ou aceitação por parte a Organização Internacional para as Migrações.

SOBRE OIM

Fundada em 1951, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) é a principal organização no campo das migrações e trabalha em estreita colaboração com parceiros governamentais e não governamentais. A OIM está comprometida com o princípio de que a migração humana e ordeira beneficia os migrantes e a sociedade. Com 173 estados membros (adicionando 9 estados com estatuto de observadores) e escritórios em mais de 100 países, a OIM juntou-se oficialmente à família das Nações Unidas como uma organização relacionada em Setembro de 2016, sublinhando ainda mais o papel que a OIM desempenha no campo da mobilidade humana.

MISSÃO

A migração bem gerida é um catalisador para o desenvolvimento sustentável de Moçambique que beneficia tanto os migrantes, assim como as comunidades e a sociedade.

VISÃO

A OIM é o parceiro chave do Governo de Moçambique na melhoria contínua da gestão e governação da migração e na salvaguarda da dignidade e protecção dos migrantes e comunidades afectadas pela migração.

ANÁLISE DE CONTEXTO

MOÇAMBIQUE: ANTECEDENTES DO PAÍS

A República de Moçambique é um país multiétnico, multicultural e multireligioso com uma população de acima de 30 milhões de habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2021).[1] Moçambique é um país de baixos rendimentos e partilha fronteiras terrestres com seis países, nomeadamente África do Sul, Eswatini, Malawi, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A leste, Moçambique tem uma costa marítima no Oceano Índico. Moçambique tem terras aráveis, água, energia, bem como recursos minerais e gás natural ao longo da costa.

Moçambique tem historicamente feito parte de redes globais e regionais de migração e comércio e continua a desempenhar um papel importante devido à sua localização estratégica; quatro dos seis países com que Moçambique partilha fronteira são do interior, e por isso dependem dos portos marítimos profundos de Moçambique para aceder aos mercados globais. Moçambique é membro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). Os fortes laços de Moçambique com o motor económico da região, a África do Sul, sublinham a importância do seu desenvolvimento económico, político e social para a estabilidade e crescimento da África Austral como um todo.

Moçambique tem registado um crescimento populacional sem precedentes nos últimos anos e cresceu rapidamente de 16 milhões em 1997 para aproximadamente 30,3 milhões em 2019. Os adolescentes são o grupo populacional de crescimento mais rápido em Moçambique; estima-se que 45 por cento da população tenha menos de 15 anos e 52 por cento menos de 18 anos (UNICEF).[2] O país está classificado como 'baixo' no índice[3] de desenvolvimento humano e quase metade da população vive na pobreza (48% em 2018).[4] Desde o fim da guerra civil (1976-1992), a migração interna e a urbanização aumentaram no país, contudo dois terços da sua população vivem em zonas rurais e a maioria está largamente envolvida na agricultura de subsistência.[5] Embora Moçambique tenha registado um crescimento económico nos últimos anos, a desigualdade não diminuiu. Persistem desigualdades, baseadas em vários factores, incluindo localização (rural/urbana), província e género.

Moçambique é um país de origem, trânsito e destino na migração (regular, irregular e forçada). Outros tipos de migração podem ser ligados à migração transfronteiriça tradicional e localizada ligada ao nomadismo e ao movimento transfronteiriço com os países vizinhos. Para a entrada e saída de cidadãos, a República de Moçambique tem 56 Postos de Controlo Fronteiriço oficialmente estabelecidos, incluindo aeroportos, postos de fronteira terrestres e pontos de fronteira azuis.

Após Ciclone Kenneth, OIM distribuiu lonas, kits de ferramentas com material de construção para providenciar apoio as famílias afectadas em Cabo Delgado. © OIM 2020

1 https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=MZ

2 https://data.unicef.org/country/moz/

3 www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update-less-poverty-but-more-inequality

4 Ibid.

5 www.worldbank.org/en/country/mozambique/overview

EMIGRAÇÃO E DIÁSPORA

As pessoas emigram de Moçambique por vários factores de impulsão e atracção. Historicamente, os factores de impulsão incluíram a guerra de libertação, desastres naturais, instabilidade, bem como a falta de oportunidades económicas. O principal factor de atracção tem sido as oportunidades económicas. As estimativas variam, mas de acordo com as estimativas do Banco Mundial em 2010, aproximadamente 11,7 milhões de moçambicanos tinham emigrado temporáriamente e permanentemente.[6]

A migração é um importante factor de desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, tem um potencial significativo para contribuir tanto para o bem-estar (social, económico e físico) dos migrantes individuais como das suas comunidades de origem e de destino.[7] Segundo dados do Banco Mundial, em 2019, as remessas pessoais representavam 2 por cento do produto interno bruto (PIB) de Moçambique. 6 Para além do seu conhecido papel como remetentes de remessas, os migrantes podem também promover o comércio e o investimento directo estrangeiro, criar empresas, estimular o empreendedorismo e transferir novos conhecimentos e competências.

Muitos migrantes moçambicanos viajam para países vizinhos de Moçambique tais como Eswatini, Malawi, África do Sul, ou República Unida da Tanzânia. Os que deixam o continente vão principalmente para a Alemanha, Portugal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos da América.[8]

MIGRAÇÃO CIRCULAR

Historicamente, Moçambique foi e é um país de origem para trabalhadores migrantes, especialmente para a África do Sul, onde dezenas de milhares de moçambicanos migram todos os anos para trabalhar em sectores como a mineração, agricultura, pequenas empresas, trabalho doméstico e de construção, e indústrias criativas. Estes movimentos são caracterizado como migraço circular.

A migração dentro da África Austral comporta riscos adicionais particulares para o bem-estar dos migrantes, uma vez que muitos trabalham na economia informal e têm, por conseguinte, acesso limitado a serviços e assistência. Alguns migrantes moçambicanos no estrangeiro enfrentam dificuldades tais como más condições de trabalho e de vida, acesso limitado aos serviços de saúde e incapacidade de satisfazer os seus direitos de saúde sexual e reprodutiva, entre outros. Alguns migrantes viajam de forma irregular ou excedem o período de estadia, o que pode resultar em detenção e deportação, entretanto acarretando riscos significativos para os migrantes em termos de violência, abuso e exploração, incluindo o tráfico de pessoas.

Funcionários e voluntários montaram tendas no Centro de acolhimento na Escola Secundária Samora Machel na cidade da Beira após Ciclone Idai em cooperação com as autoridades governamentais para apoiar milhares de famílias deslocadas. © OIM Abril 2019/Sandra BLACK

6 IOM, Mozambique Explores Engagement with Diaspora | International Organization for Migration (iom.int). Disponível em: www.iom.int/news/mozambique-explores-engagement-diaspora

7 Documento Temático Global da OIM sobre Integração e Coesão Social. Disponível em: www.iom.int/sites/default/files/our_work/ODG/GCM/IOM-Thematic-Paper-Integration-and-Social-Cohesion.pdf

8 www.iom.int/news/mozambique-launches-diaspora-engagement-strategy

ROTAS MIGRATÓRIAS DO SUL E MIGRAÇÃO IRREGULAR

Moçambique é um corredor de trânsito fundamental para migrantes de diversas origens, tais como da região assim como de outras regiões como o Leste e o Corno de África, e Leste da Ásia. Trata-se de fluxos migratórios mistos que podem incluir migrantes regulares e irregulares, bem como vítimas de tráfico e outros grupos. Os fluxos migratórios mistos são caracterizados e sustentados por múltiplos factores, incluindo factores socioeconómicos, conflitos e instabilidade política. Um dos principais corredores de migração é a chamada "Rota do Sul",[9] utilizada principalmente por migrantes do leste e Corno de África, e que passa pelo Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Moçambique até ao centro regional da África do Sul. A maioria dos migrantes que utilizam esta rota estão em busca de oportunidades económicas e educacionais, bem como de protecção. Outro fluxo fundamental é através da zona costeira da Província de Cabo Delgado em direcção ao sul do país e para a África do Sul.

Em média, cerca de 300 migrantes são deportados anualmente de Moçambique, e um número considerável estava a utilizar Moçambique como país de trânsito. A maioria dos migrantes retornados ficaram retidos em trânsito para a África do Sul ou tinham trabalhado, por vezes de forma irregular em Moçambique para ganhar fundos para continuar a sua viagem à África do Sul, contudo foram presos devido à sua situação irregular. Outros eram requerentes de asilo sem sucesso na resposta.

TRÁFICO DE PESSOAS

De acordo com a Lei de Protecção às Vítimas do Tráfico de 2000 (TVPA) e o Protocolo das Nações Unidas sobre Tráfico de Pessoas (Protocolo de Palermo), o Governo de Moçambique não cumpre integralmente os padrões mínimos para a eliminação do tráfico, mas está fazendo esforços significativos para fazê-lo.[10] Em Moçambique, o trabalho infantil forçado ocorre na agricultura, na exploração mineira e no comércio nas zonas rurais, muitas vezes com a cumplicidade de membros da família. Os traficantes atraem migrantes voluntários, especialmente mulheres e raparigas das zonas rurais dos países vizinhos, para cidades em Moçambique ou na África do Sul com promessas de emprego ou educação. Os traficantes também exploram raparigas moçambicanas em bares, clubes à beira da estrada, pontos de paragem nocturna, e restaurantes ao longo do corredor de transportes do sul. O tráfico sexual de crianças é uma preocupação crescente nas cidades de Maputo, Beira, Chimoio, Tete e Nacala, que têm populações altamente móveis. Como trabalhadores e migrantes económicos procuram emprego nas crescentes indústrias extractivas em Tete e Cabo Delgado, a procura de serviços sexuais pode aumentar, incluindo potencialmente o tráfico de crianças para exploração sexual. Além disso, o aumento da deslocação interna em Moçambique torna as pessoas cada vez mais vulneráveis ao tráfico. Homens e rapazes moçambicanos são também vítimas de tráfico para trabalho forçado em quintas e minas sul-africanas. Os traficantes também exploram adultos e raparigas moçambicanas em trabalhos forçados e tráfico sexual no estrangeiro, incluindo em Angola, Itália e Portugal.[11] O Governo tem um Grupo de Referência para Protecção à Criança e Combate ao Tráfico de Pessoas e está a criar um Mecanismo de Encaminhamento Nacional para a identificação e assistência às vítimas de tráfico e migração irregular.

Milhares de mineiros Moçambicanos receberam exames de saúde da OIM para facilitar o seu regresso a África do Sul após o fecho da fronteira devido ao COVID-19. A Unidade de Saúde Ocupacional fronteiriço da OIM opera em cooperação com o Ministério da Saúde e o Ministério de Trabalho e Segurança Social. © OIM Julho 2020/Sandra BLACK

9 *In Pursuit of the Southern Dream: Victims of Necessity Avaliação do movimento irregular de homens da África Oriental e do Corno de África para a África do Sul.* OIM, 2009. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iomresearchassessment.pdf

10 Mozambique - United States Department of State

11 Mozambique - United States Department of State

IMIGRAÇÃO

A imigração tem um impacto crescente no desenvolvimento socioeconómico dos países de baixo rendimento. Com relativa estabilidade política e desenvolvimento socioeconómico, Moçambique tem testemunhado um afluxo de migrantes das regiões dos Grandes Lagos e Corno de África,[7] Malawi, África do Sul e Zimbabwe, bem como de cidadãos europeus e asiáticos, particularmente do Bangladesh, China, Índia, Paquistão e Portugal. Em meados de 2009, o número de migrantes internacionais em Moçambique era de cerca de 334.700 ou 1,1 por cento da população: aproximadamente 51,7 por cento destes eram do sexo feminino (UN DESA - Departemento da Nações Unidas para Assuntos Económicos e Socias 2019).

Os migrantes encontram-se em todas as províncias de Moçambique. Os locais de assentamento de migrantes estão na sua maioria associados a interesses económicos. Os imigrantes tendem a estabelecer-se nas áreas urbanas da Cidade de Maputo, Província de Maputo e Nampula. As principais nacionalidades são a chinesa, a indiana e a portuguesa.

De forma crescente, à medida que as indústrias extractivas em Moçambique e sectores relacionados se expandem, as pessoas viajam para Moçambique para se envolverem neste sector. Além disso, os migrantes trabalham nos sectores da mineração, pesca, exploração de madeira e outros sectores, em muitos casos como parte da economia informal. Em 2016, o Estado moçambicano repatriou mais de 3.970 estrangeiros em situação irregular, de acordo com o Serviço Nacional de Migração (SENAMI). Destes, a maioria eram cidadãos do Malawi, Nigéria, República Unida da Tanzânia e Zimbabwe que se estabeleceram nas províncias de Cabo Delgado, Tete, Niassa e Nampula.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Em Agosto de 2020,[12] Moçambique tinha recebido mais de 26.257 refugiados e requerentes de asilo, principalmente da República Democrática do Congo (37,5%), Burundi (32,8%), Ruanda (14,1%), Somália (13,2%), Etiópia e outras nacionalidades (2,4%). Muitos destes refugiados e requerentes de asilo residem no Centro de Refugiados de Maratane, na província de Nampula. Os restantes vivem em várias áreas urbanas, particularmente nas cidades de Nampula e Maputo.

Anita, deslocada pelo Ciclone Idai recebeu apoio psicosocial e saúde básica da OIM para recuperar do tuberculose; ela novamente pode cuidar dos seus filhos. © OIM 2020/Sandra BLACK

12 ACNUR (2020). Disponível em: https://data2.unhcr.org/en/country/moz

Famílias em campos de reassentamento recebem matérias de abrigo da OIM para facilitar a recuperação após o Ciclone Idai.
© OIM 2020/Sandra BLACK

MIGRAÇÃO RURAL - URBANA

Sessenta e oito por cento da população de Moçambique vive em zonas rurais e a maioria da população está largamente envolvida na agricultura de subsistência (Banco Mundial, 2019).[13] Nas últimas décadas, as migrações internas e a urbanização têm aumentado. As cidades estão a expandir-se rapidamente, muitas vezes com uma intervenção limitada ou inexistente por parte do Governo. Esta tendência de migração rural-urbana (urbanização) deverá continuar a crescer no futuro e, com um planeamento urbano limitado, pode agravar rapidamente as condições de vida nas zonas urbanas, com uma pressão significativa sobre os recursos e serviços disponíveis.

PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE (PDIs)

Moçambique enfrenta um triplo nexo de insegurança, desastres naturais e riscos de saúde pública tais como a doença do coronavírus de 2019 (COVID-19). Nos últimos três anos, Moçambique testemunhou múltiplas vagas de conflitos e desastres naturais, que afectaram as vidas de milhões de moçambicanos.

O país está a viver cada vez mais eventos relacionados com o clima, incluindo tanto secas como chuvas fortes. O Fundo Global para a Redução e Recuperação de Desastres (GFDRR)[14] classifica Moçambique como o terceiro país mais vulnerável em África para tais eventos. Estes eventos

13 www.worldbank.org/en/country/mozambique/overview

14 Perfil do Risco de Desastre do GFDRR: Moçambique - www.gfdrr.org/en/publication/disaster-risk-profile-mozambique

podem ser desencadeadores de migração mas podem também exacerbar o já complexo processo de reassentamento e integração. O INGD registou 67 eventos climáticos extremos no período 1956-2008, incluindo secas, cheias, ciclones, epidemias, ventos fortes e terramotos. Estes acontecimentos afectaram cerca de 28 milhões de pessoas e mataram mais de 100.000 pessoas.[15]

Em 2019, dois ciclones tropicais consecutivos da categoria 4 atingiram Moçambique num período de seis semanas em Março e Abril, causando extensa destruição e danos a Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Cabo Delgado e Nampula nas províncias do centro e norte do país. Estes acontecimentos afectaram mais de 1,8 milhões de pessoas. Com base numa avaliação realizada em Abril de 2020, a maioria das pessoas em locais de reassentamento (89%) ainda vive em abrigos de emergência e temporários. Os restantes 11% passaram a abrigos de transição (9%) e casas permanentes (2%).[16] Muitos locais de reassentamento ainda têm dificuldade em aceder a bens e serviços básicos. Além disso, as cheias e a seca em Moçambique afectaram a capacidade das famílias dos deslocados internos quanto ao cultivo de culturas de subsistência, colocando-as em risco de insegurança alimentar.

Da mesma forma, na região norte de Moçambique, as dores Da mesma forma, na região norte de Moçambique, as dores do passado e a actual violência levaram a níveis elevados de stress, tensão e mecanismos de enquadramento social tensos. O ambiente de segurança em Cabo Delgado começou a piorar em 2017, agravou-se em 2019 e deteriorou-se ainda mais em 2020, quando os ataques e a violência contra a população civil aumentaram.

Como resultado da insegurança em Cabo Delgado, a situação humanitária está a deteriorar-se tanto nas comunidades de acolhimento como nas comunidades deslocadas, bem como para as pessoas deixadas para trás nas comunidades de origem. Em 2020, tem havido um aumento constante e significativo de deslocados internos. Em finais de 2020, a Matriz de Rastreamento de Deslocados (DTM) na Ronda 7 da Avaliação de Base recolheu informações sobre um total de 527.975 deslocados internos que foram deslocados devido à insegurança na região norte. As províncias de Nampula, Niassa, Sofala e Zambézia também têm vindo a receber milhares de deslocados internos. É de se esperar que haja um aumento de deslocados à medida que a situação de segurança em Cabo Delgado se deteriora, deixando tanto os deslocados como as comunidades de acolhimento a precisar de apoio à medida que os recursos locais ficam sobrecarregados.

Na região centro, enquanto as comunidades ainda lutavam para recuperar de décadas de violência durante a Guerra Civil Moçambicana (1976-1992) foram atingidas por uma onda de conflito de 2013-2017, deslocando mais de 23.000 pessoas. Enquanto ainda tentavam reconstruir a coesão da comunidade, as comunidades foram devastadas pelo ciclone Idai, que causou destruição e deslocação em massa em Março de 2019. A 6 de Agosto de 2019, o Governo de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), sob liderança do Presidente da República de Moçambique e do Presidente da RENAMO, assinaram o Acordo Nacional para a Paz e Reconciliação. Nos meses que se seguiram ao acordo, registaram-se esporádicos surtos de violência, particularmente nos distritos mais afectados pelo conflito entre 2013 e 2017, como um grupo dissidente da RENAMO, uma Junta Militar, disputa a liderança do partido do actual Presidente da RENAMO, Ossufo Momade, e exige ser reconhecido como parte interessada no Acordo de Paz.

REINTEGRAÇÃO DE ANTIGOS COMBATENTES

Apesar da violência intermitente, o exercício de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR), conforme estipulado pelo Acordo de Paz de Agosto de 2019, prosseguiu, tendo como alvo mais de 5.000 combatentes. O Secretariado de Apoio à Paz, que está a coordenar e facilitar o processo de DDR, deixou clara a necessidade de um processo de reintegração robusto e eficaz. A reintegração, contudo, ainda não foi totalmente planeada nem implementada, e até à data os esforços de DDR centraram-se em grande parte no apoio a combatentes individuais, sendo provável que os combatentes desmobilizados tentem reintegrar-se em comunidades que tenham sido perturbadas pela violência e, em alguns casos, por desastres naturais. As comunidades também sofrem de percepções de exclusão económica devido à filiação partidária, o que tem alimentado a tensão comunitária. A literatura também sugere que os combatentes da RENAMO desmobilizados em 1992 ainda lutam pela sua reintegração. Estes ex-combatentes criaram (ou mantiveram) as suas próprias redes de apoio, aumentando assim o seu sentimento de exclusão social.

15 F2346.National-Institute-for-Disaster-ManagementStudy-on-the-Impact-of-Climate-Change--Ingc-Altera--Oes-Climaticas-En.pdf (biofund.org.mz)

16 Avaliação da Recuperação de Abrigos na Região Centro de Moçambique (Manica, Sofala, Tete E Zambezia) Abril de 2020 - https://displacement.iom.int/system/tdf/reports/Shelter%20Recovery%20Assessment%20in%20the%20Central%20Region%20of%20Mozambique%20April%202020_0.pdf?file=1&type=node&id=8437

TEMAS TRANSVERSAIS

A OIM Moçambique integra os seguintes temas transversais nos seus projectos e programas. Cada tema transversal será tratado de acordo com a natureza do projecto e programa, e integrado em cada fase do ciclo de implementação do projecto.

Programação baseada em direitos

Sendo uma organização intergovernamental e a agência global líder no campo das migrações, a OIM está mandatada pela sua constituição e documentos políticos, adoptados por todos os seus Estados Membros, a contribuir para a protecção dos migrantes. A OIM faz isso através da promoção activa da dignidade dos migrantes, o seu bem-estar e respeito pelos seus direitos, e adoptando uma abordagem baseada em direitos em todas as suas políticas, estratégias, projectos e actividades. Para alcançar estes objectivos, a OIM irá respeitar, proteger e cumprir os direitos dos indivíduos independentemente da sua nacionalidade ou condição migratória e sem discriminação, de modo a preservar a sua segurança, integridade física e dignidade.

Integração das questões de género

A integração de género é o processo de avaliação das implicações para mulheres e homens vindas qualquer acção planejada, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. A OIM garantirá que as preocupações e experiências de mulheres e homens sejam uma dimensão integral da concepção, implementação, monitoria e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, económicas e sociais, para que todos os géneros sejam igualmente beneficiados.

Rosa perdeu sua casa e banca de vegestais durante o Ciclone Idai. Montou uma nova banca no campo de reassentemanto de Mandruzi usando lonas que recebeu para gerar subsistencia em prol dos seus filhos. A família benefícia de vários serviços no local, incluindo: serviços de saúde, gestão do acampamento e apoio de abrigo. © OIM Setembro 2019/Sandra BLACK

Virginia Carlos do distrito de Meluco em Cabo Delgado e seus filhos ficaram deslocados na Cidade de Pemba. OIM apoiou os seus filhos durante uma actividade do MHPSS com cadernos de colorir sobre medidas de prevenção do COVID-19. © OIM 2020/Shanice UBISSE

Sensibilidade Ambiental e Sustentabilidade

A OIM Moçambique terá em conta as preocupações ambientais e as relacionadas com as alterações climáticas na sua programação. A OIM irá limitar e mitigar factores potencialmente prejudiciais, para que as suas intervenções programáticas não contribuam para a degradação ou danos ambientais. Assim, a OIM irá tomar todas as medidas possíveis para prevenir danos à biodiversidade e aos ecossistemas. Ao promover o desenvolvimento sustentável, a OIM está empenhada em assegurar que a satisfação das necessidades das pessoas de hoje não degrade os recursos disponíveis para satisfazer as necessidades da próxima geração.

Não causar dano

A OIM está empenhada em garantir que todas as suas respostas sejam concebidas de forma a evitar quaisquer efeitos negativos não intencionais. A OIM visa assegurar que as suas intervenções sejam feitas de acordo com as necessidades dos beneficiários, priorizem a segurança e a dignidade, assentem na participação e emponderamento das capacidades locais e prestem contas aos indivíduos e comunidades afectados.

Integração da Protecção na Resposta às Crises

As dimensões de mobilidade das crises humanitárias incluem frequentemente fluxos migratórios complexos e em larga escala e padrões de mobilidade que normalmente envolvem diversas e significativas vulnerabilidades para os indivíduos e comunidades afectados. A OIM assegurará a protecção adequada das pessoas afectadas, incluindo os migrantes (deslocados, refugiados, requerentes de asilo, pessoas sem nacionalidade, etc.) e as comunidades de origem e destino dos migrantes afectados pelas crises.

Programação Inovadora

A OIM Moçambique tem como objectivo implementar práticas e processos inovadores para operações programáticas eficazes. O foco estará no desenvolvimento de soluções inovadoras para abordar as necessidades dos beneficiários através de métodos participativos, e na inovação de processos para melhorar a implementação de programas.

ABORDAGENS DE IMPLEMENTAÇÃO

A OIM Moçambique irá promover as seguintes abordagens de implementação ao longo dos seus projectos e programas:

Programação Multissectorial Integrada

A maioria das províncias de Moçambique enfrentam desafios múltiplos e questões que só podem ser abordados através de respostas abrangentes. A OIM irá adoptar uma abordagem multissectorial integrada para responder aos desafios relacionados com a migração, mobilidade e deslocação. A OIM já implementa uma abordagem multi-sectorial integrada nas suas intervenções, respondendo a deslocações induzidas por desastres e insegurança nas regiões centro e norte. As lições desta área de operações serão aproveitadas para a expandir a outras áreas da missão, quando possível..

Vínculo da Paz, Ajuda Humanitária e Desenvolvimento (HDPN)

A OIM reconhece a importância do envolvimento simultâneo, e não sequencial, das diferentes partes interessadas. Esta abordagem permite a integração deste nexo, o que reforça a coerência entre as acções humanitárias, de desenvolvimento e de paz em cenários de crise. A OIM procurará capitalizar as vantagens comparativas de cada pilar para reduzir a vulnerabilidade em geral e o número de necessidades não satisfeitas, reforçar as capacidades de gestão de risco, responder às necessidades críticas ao mesmo tempo que aumenta a resiliência, abordar as causas profundas das crises e apoiar soluções de longo prazo. Através do desenvolvimento de resultados colectivos que apoiam uma coordenação, programação e financiamento coerentes e complementar entre os programas e parceiros da OIM, a OIM irá integrar o Vínculo da Paz, Ajuda Humanitária e Desenvolvimento em toda a sua missão.

Programação baseada em Evidências

A OIM irá promover a programação baseada em evidências, aumentando o número de projectos de investigação, análise e avaliações sobre a gestão da migração e em toda a programação da OIM. Estas acções vão basear-se nos produtos de informação desenvolvidos utilizando a Matriz de Rastreamento de Deslocados (DTM) e na experiência interna da OIM em Monitoria, Avaliação, Responsabilização e Aprendizagem. A OIM Moçambique visa gerar evidências sobre uma vasta gama de questões que afectam os padrões de migração e o bem-estar dos migrantes para informar a programação e formulação de políticas internas e com parceiros.

Promoção de uma Abordagem Governamental Holística

Como delineado no Pacto Global para Migração Segura, Ordeira e Regular, "a migração é uma realidade multidimensional que não pode ser abordada apenas por um sector de política governamental". A OIM aplica, portanto, uma abordagem governamental holística e da sociedade para gestão da migração, esforçando-se para assegurar que a migração e as necessidades dos migrantes sejam consideradas em todas as áreas de políticas, leis e regulamentos. Assim, a OIM apoia o Governo de Moçambique a compreender como as múltiplas áreas de governação estão inter-relacionadas e afectadas pela migração e em que medida outras políticas sectoriais facilitam ou impedem a capacidade de contribuir para a sociedade por parte dos migrantes.

Kits de construção de abrigos foram providenciados para famílias que as suas casas foram danificadas pelo Ciclone Idai para facilitar a reparação.
© OIM 2020

Migrantes Malawianos encalhados em Moçambique após sua partida da África do Sul receberam Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração pela OIM. Voos de regresso incluindo o seguimento de medidas de prevenção COVID-19. © OIM October 2020/Sandra BLACK

Abordagem Baseada na Comunidade

Uma abordagem baseada na comunidade implica considerar as necessidades, desejos e habilidades dos indivíduos e comunidades durante todas as fases do ciclo programático da OIM. Tal abordagem reconhece a resiliência, capacidades, habilidades e recursos das populações afectadas, e se baseia nelas para realizar intervenções programáticas. Através desta abordagem, a OIM apoiará o trabalho das comunidades para prevenir e abordar os problemas sociais, em vez de confiar que os actores externos assumam estas responsabilidades. Graças à sua significativa pegada e capacidade operacional no terreno, a OIM está bem posicionada para promover uma abordagem baseada no indivíduo em todos os seus programas.

Sensibilidade ao Conflito

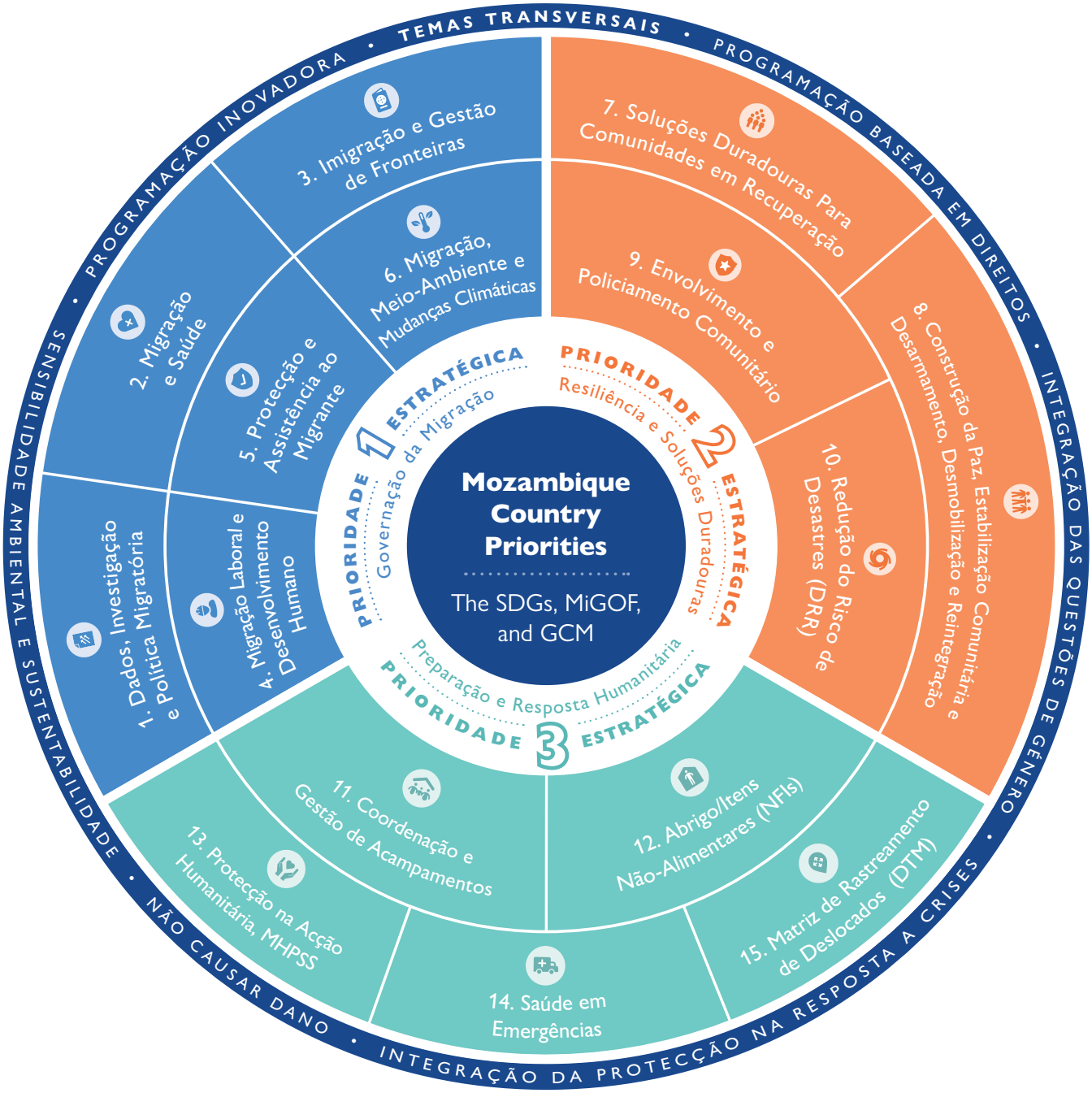
Com base na análise e compreensão local dos contextos operacionais, a OIM procurará evitar alimentar as existentes, ou criar novas divisões, tensões e conflitos.

Localização de Intervenções

Enquanto migrantes e deslocados podem viajar longas distâncias, a migração é fundamentalmente uma dinâmica de local-para-local que liga os lugares de onde vêm, pelos quais transitam, onde se estabelecem e para onde regressam - e muitas vezes mantêm laços e apegos. Estas dinâmicas são mediadas pelas autoridades locais e regionais no terreno, que são os "primeiros a responder" à migração. Assim, os níveis descentralizados de governação e outros actores locais chave estão numa posição única para articular as realidades migratórias. Esta localização, por sua vez, cria políticas nacionais mais aplicáveis e sensíveis que podem ser implementadas com mais sucesso a nível local. Através da programação, a OIM irá assegurar que os actores e parceiros locais estejam envolvidos e participem durante a concepção, planeamento, implementação, monitoria e avaliação dos projectos e programas.

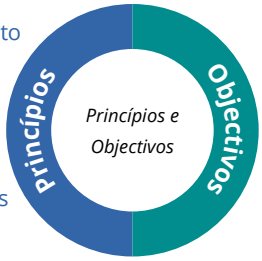
PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E ÁREAS FOCAIS

Esta estratégia nacional tem três prioridades; todas elas contribuem para a realização dos direitos dos migrantes em benefício da sociedade. A OIM Moçambique está comprometida a promover a migração como factor chave para o desenvolvimento, apoiando o Governo de Moçambique e os seus parceiros na implementação de abordagens multissectoriais de governação da migração que apoiem comunidades resilientes.



QUADRO DE GOVERNANÇA MIGRATÓRIO (MiGOF)

1. **Aderência** aos padrões internacionais e o cumprimento dos direitos dos migrantes.
2. **Formular** políticas usando evidências e abordagens governamental global.
3. **Envolvimento** com parceiros para responder assuntos relacionados com migração.



1. **Avancar** com o bem-estar socioeconómico dos migrantes e a sociedade.
2. **Abrodagem** eficaz da mobilidade das dimenções de crise.
3. **Assegurar** que a migração occorre em lugar seguro, ordenada e dignificante.

OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SDGs)

ACORDO GLOBAL PARA A MIGRAÇÃO (GCM)

PRIORIDADE ESTRATÉGICA 1

GOVERNAÇÃO DA MIGRAÇÃO

OBJECTIVO: Contribuir nos esforços do Governo de Moçambique no sentido de permitir uma migração segura, ordeira, humana e regular.

Reforçar a Gestão da Migração

A localização geográfica e situação socioeconómica de Moçambique colocam-no no centro de um contexto migratório dinâmico, incluindo fluxos migratórios internos, externos, internos e de retorno. A OIM apoiará o Governo de Moçambique a ligar as políticas de migração e desenvolvimento, a integrar uma abordagem multissectorial e de toda a sociedade para gerir a migração, e a forjar fortes parcerias internas e internacionais para capitalizar a migração segura, ordeira, humana e regular em benefício de todos.

ÁREAS FOCAIS

- Dados, Investigação e Política Migratória
- Migração e Saúde
- Imigração e Gestão de Fronteiras
- Migração Laboral e Desenvolvimento Humano
- Protecção e Assistência ao Migrante
- Migração, Meio-Ambiente e Mudanças Climáticas

ÁREA FOCAL 1: DADOS, INVESTIGAÇÃO E POLÍTICA MIGRATÓRIA

Políticas coerentes que promovam uma abordagem multi-sectorial e de toda a sociedade à governação da migração e enfatizem as ligações entre migração e desenvolvimento estão na raiz de uma migração bem gerida. O Governo de Moçambique e os seus parceiros estão num momento crucial para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao prepararem-se para desenvolver a política de migração do Governo, o novo Plano Quinquenal do Governo para o Desenvolvimento Sustentável e o Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. A OIM apoiará a integração da gestão das migrações nos instrumentos políticos e legislativos através de investigação fundamental relevante para o desenvolvimento de políticas. A OIM irá também reforçar a recolha, análise e utilização de dados que permitam a tomada de decisões baseada em evidências sobre os temas mais pertinentes relacionados com a migração. Esta área focal irá contribuir para a realização dos ODS, uma vez que a migração é transversal a todos os objectivos.

Objectivo: Apoiar o Governo de Moçambique a maximizar as contribuições positivas da migração e dos migrantes para apoiar a realização dos ODS.

Principais Resultados

1. O Governo de Moçambique tem uma política de migração abrangente baseada em evidências, promovendo uma abordagem governamental holística inclusiva a toda sociedade.
2. As estratégias nacionais de desenvolvimento em Moçambique incluem a migração como um factor-chave para o desenvolvimento.
3. O Governo de Moçambique é um participante activo da cooperação regional, continental e global em matéria de migração e mecanismos consultivos, tais como a MIDSA e a SADC.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
10	1 2 3	1 23

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Apoiar o Governo de Moçambique na revisão, reforma e desenvolvimento de leis e legislação quando solicitado para promover uma melhor gestão da migração.

B. Apoiar o Governo de Moçambique no desenvolvimento de uma política nacional abrangente de migração.

C. Apoiar o desenvolvimento do perfil migratório para promover a tomada de decisões e programação baseada em evidências.

D. Desenvolver investigação fundamental em parceria com o Governo para permitir a tomada de decisões baseada em evidências sobre a gestão da migração.

E. Reforçar as relações com o meio académico e a sociedade civil para desenvolver investigação fundamental sobre migração, permitindo a tomada de decisões baseada em evidências sobre gestão da migração.

F. Apoiar o Governo de Moçambique na integração da migração nas estratégias, legislação e políticas de desenvolvimento.

G. Apoiar a participação activa do Governo de Moçambique no MIDSA.

H. Apoiar o Governo de Moçambique para alinhar-se com as estruturas globais, continentais e regionais em matéria de migração.

I. Apoiar o Governo de Moçambique para participar activamente no desenvolvimento do Quadro de Política de Migração Regional da SADC.

J. Apoiar e ser um participante activo da Rede das Nações Unidas sobre Migrações.

ÁREA FOCAL 2: MIGRAÇÃO E SAÚDE

O estabelecimento de programas de saúde abrangentes, preventivos e curativos que sejam benéficos, acessíveis e equitativos para as populações migrantes e móveis, bem como para as comunidades afectadas pela migração, contribui para o seu bem-estar físico, social e mental, permitindo a elas e às comunidades de acolhimento alcançar um óptimo desenvolvimento social e económico. Actualmente, os migrantes e as populações móveis enfrentam muitos obstáculos no acesso aos serviços essenciais de saúde em vários contextos em Moçambique. Tais disparidades afectam o bem-estar dos migrantes e comunidades de acolhimento e prejudicam a realização dos objectivos de saúde globais e nacionais em Moçambique, tais como prevenir, tratar e eliminar o vírus da imunodeficiência humana (VIH) e a tuberculose. A OIM apoiará o Governo de Moçambique a abordar as principais lacunas em três prioridades chave na área da saúde: (i) monitorar a saúde dos migrantes, a política de saúde e migração e os quadros legais, (ii) melhorar a segurança sanitária nas fronteiras de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional (2005), (iii) e implementar sistemas de saúde inclusivos para os migrantes.

Objectivo: Promover a disponibilidade, acessibilidade e aceitação de serviços de saúde de resposta para populações móveis e migrantes e comunidades afectadas pela migração.

Principais Resultados

1. Apoio ao desenvolvimento e à implementação de sistemas comunitários e de prestação de serviços de saúde que respondem aos migrantes.
2. Serviços de saúde especializados estão disponíveis e acessíveis aos migrantes.
3. Está estabelecida uma capacidade melhorada de emergência sanitária e de segurança sanitária global ao longo dos corredores de migração.
4. As políticas de saúde baseadas na migração e em provas estão em vigor.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
3 5	1 3	3 7 5

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Apoiar o Governo de Moçambique para ligar e desenvolver políticas coerentes em matéria de migração e saúde para promover a prestação de serviços inclusivos.

B. Apoiar a análise de dados para a saúde pública e mobilidade, incluindo mapeamentos de mobilidade populacional e vigilância epidemiológica.

C. Reforçar a monitoria da saúde, informação e sistemas de gestão da migração para informar o desenvolvimento de políticas e programas de saúde baseados em evidências.

D. Facilitar plataformas de coordenação multi-sectoriais para a recolha, partilha, análise e utilização de dados de saúde para melhorar as políticas e programas de saúde relacionados à migração.

E. Acções-piloto que melhoram as respostas da comunidade e do sistema de saúde quanto à migração e à saúde, particularmente em torno dos direitos de saúde sexual e reprodutiva e da prevenção e tratamento do VIH e tuberculose.

F. Sistematizar e partilhar as melhores práticas e apoiar a replicação e expansão a nível local e nacional de soluções comunitárias e sistémicas eficazes para as questões de saúde ligadas à migração.

G. Apoiar o acesso a serviços de avaliação de saúde com qualidade para migrantes, suas famílias, e comunidades.

H. Expandir o alcance de serviços abrangentes de saúde ocupacional para migrantes, suas famílias e comunidades.

I. Fornecer apoio técnico e operacional ao Governo de Moçambique para preparar e abordar as dimensões de mobilidade das crises de saúde.

J. Desenvolver as capacidades do Governo de Moçambique e dos parceiros a nível local e nacional para preparar e responder às dimensões de mobilidade dos surtos de doenças.

K. Desenvolver as capacidades do Governo de Moçambique e das comunidades para prevenir, detectar e responder às ameaças à saúde ao longo do corredor de mobilidade, incluindo mas não se limitando às fronteiras (pontos de entrada).

L. Apoiar a cooperação transfronteiriça em questões de saúde relacionadas com a migração, especialmente com os países vizinhos.

ÁREA FOCAL 3: IMIGRAÇÃO E GESTÃO DE FRONTEIRAS

A Imigração e Gestão de Fronteiras exigem que todas as autoridades competentes trabalhem em conjunto de uma forma eficaz e eficiente para minimizar os congestionamentos e os potenciais atrasos na mobilidade transfronteiriça, garantindo ao mesmo tempo a segurança daqueles que se deslocam ao longo do corredor migratório. Além disso, deve ser estabelecida cooperação além fronteiras, com agências e entidades relevantes nos Estados vizinhos. Com a entrada em vigor da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AFCFTA), as sinergias entre imigração e comércio estão a tornar-se cada vez mais relevantes, com a necessidade de assegurar políticas, sistemas e respostas operacionais. Uma avaliação realizada pela OIM em 2018 evidenciou a necessidade de reforçar as capacidades do Governo de Moçambique, incluindo as agências fronteiriças e as de aplicação da lei, para melhorar a gestão das fronteiras e promover a ratificação e eventual implementação do Protocolo da SADC sobre o Movimento Facilitado de Pessoas e Bens. A OIM apoiará o Governo de Moçambique a melhorar os seus sistemas operacionais, recursos humanos e estruturas administrativas e técnicas necessárias para responder eficazmente aos diversos desafios de migração e gestão de fronteiras, assegurando simultaneamente a protecção dos migrantes vulneráveis e a segurança.

Objectivo: Apoiar o Governo de Moçambique na implementação da gestão integrada das fronteiras e dos processos de imigração.

Principais Resultados

1. Estão disponíveis ferramentas e infra-estruturas novas e melhoradas para instituições envolvidas na gestão de fronteiras.
2. Reforço das capacidades dos funcionários das instituições envolvidas na gestão de fronteiras.
3. Melhoria da coordenação dentro e entre o Governo de Moçambique e os países vizinhos para gerir as fronteiras.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
9 17	2 3 3	3 9 13 4 11 14 5 12

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Reforçar as capacidades dos funcionários fronteiriços em matéria de gestão de fronteiras, documentos de segurança, detecção de fraudes, análise de informações e riscos, tráfico de pessoas e contrabando de migrantes, protecção de migrantes em situações vulneráveis e gestão humanitária de fronteiras.

B. Reforçar as capacidades dos funcionários fronteiriços em matéria de comunicação e línguas como o inglês.

C. Formar agentes de imigração em TIC básicas e avançadas para que possam utilizar o sistema de informação de gestão de fronteiras.

D. Promover o comércio em pequena escala entre comunidades fronteiriças através da introdução do Cartão do Residente da Fronteira para comunidades fronteiriças seleccionadas.

E. Apoiar a Agenda de Identidade Jurídica das Nações Unidas para aumentar o acesso aos serviços e reduzir os riscos de violência, abuso e exploração, promovendo o acesso à identidade jurídica de migrantes e pessoas nas comunidades de saída de migrantes em Moçambique.

F. Apoiar a criação de postos fronteiriços de paragem única como parte das prioridades-chave do Protocolo da SADC sobre a Livre Circulação de Pessoas e Bens.

G. Apoiar o Governo de Moçambique para avaliar e actualizar o actual Sistema de Informação de Gestão de Fronteiras.

H. Implementar avaliações de migração e gestão de fronteiras para promover a tomada de decisões baseada em evidências.

I. Desenvolver as capacidades do SENAMI e de outras instituições para reconciliar a sua base de dados de gestão de Documentos de Identificação e, desta forma, reduzir os documentos obtidos fraudulentamente.

J. Apoiar o desenvolvimento de estruturas e protocolos para recolher dados, manter os dados privados e informar o público.

K. Apoiar o desenvolvimento de estruturas e protocolos para a utilização e partilha de dados.

L. Promover a coordenação entre as instituições do Governo de Moçambique envolvidas na gestão de fronteiras.

M. Promover a identificação e acusação dos contrabandistas de migrantes.

ÁREA FOCAL 4: MIGRAÇÃO LABORAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A migração laboral tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais significativo no desenvolvimento da região da África Austral, incluindo Moçambique. Moçambique é um país de origem e de trânsito de trabalhadores migrantes, principalmente para a África do Sul. Além disso, a migração transfronteiriça e a migração para Moçambique, bem como de moçambicanos para outros países, representa uma oportunidade para alavancar a migração laboral como motor de desenvolvimento. De acordo com a Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, da qual Moçambique é signatário, e o Plano de Acção da SADC para a Migração Laboral (2020-2025) adoptado na Reunião de 2020 dos Parceiros Ministeriais e Sociais, Emprego e Sector Laboral da SADC realizada em Dar Es Salaam, A OIM da Tanzânia apoiará o Governo de Moçambique na implementação das prioridades deste plano de acção, incluindo a recolha de dados, a coordenação bilateral e multilateral, a portabilidade dos benefícios sociais, as remessas, a protecção dos direitos dos trabalhadores migrantes, o recrutamento ético e a responsabilidade social empresarial. Além disso, como interveniente chave, a OIM promoverá a cooperação entre o Governo e actores da sociedade, tais como o sector privado e a sociedade civil, assim como iniciativas que fomentem o envolvimento da diáspora.

Objectivo: Optimizar os benefícios da migração laboral tanto para o país de origem como de destino, bem como para os próprios migrantes, assegurando simultaneamente a protecção dos trabalhadores migrantes e das suas famílias..

Principais Resultados

1. O Governo de Moçambique tem os instrumentos e a informação para desenvolver e operacionalizar a política de migração laboral e assegurar a protecção social dos migrantes e das suas famílias.
2. A cooperação bilateral e multilateral sobre migração laboral com os países de origem dos migrantes em Moçambique e de destino dos moçambicanos é aumentada.
3. O Governo de Moçambique tem capacidade para envolver e emponderar a diáspora moçambicana.
4. O envolvimento entre o sector privado em Moçambique, os países de destino e o Governo de Moçambique é aumentado para promover o recrutamento ético, a protecção dos trabalhadores migrantes e a responsabilidade empresarial no fim da escravatura e do tráfico de pessoas.
5. O risco de violência, abuso e exploração dos trabalhadores migrantes moçambicanos é reduzido à medida que as comunidades que enviam migrantes estão conscientes das práticas migratórias seguras.

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Desenvolver as capacidades do Governo de Moçambique para recolher, utilizar e analisar dados sobre migração laboral, inclusive através da criação ou reforço de um Sistema de Informação sobre Migração Laboral.

B. Apoiar a implementação da Convenção Internacional sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e das suas Famílias e outros quadros regionais e globais para a protecção dos trabalhadores migrantes.

C. Promover discussões sobre acordos bilaterais e multilaterais de migração laboral entre o Governo de Moçambique e os principais países de origem e destino.

D. Promover a coordenação transnacional entre o Governo de Moçambique e os países vizinhos para gerir a migração laboral.

E. Apoiar o Governo de Moçambique para alinhar os esquemas de portabilidade de benefícios sociais para trabalhadores migrantes em Moçambique e trabalhadores migrantes moçambicanos com directrizes regionais.

F. Organizar reuniões, conferências e mesas redondas entre o Governo de Moçambique e o sector privado para promover o recrutamento ético e a responsabilidade social das empresas para por fim a escravatura e ao tráfico de pessoas.

G. Reforçar as capacidades do Governo de Moçambique, do sector privado em Moçambique e dos principais países de destino em matéria de recrutamento ético, incluindo o Sistema de Integração de Recrutamento Internacional (IRIS) da OIM.

H. Sensibilizar e prestar serviços em coordenação com o Governo para promover a migração segura nas comunidades de saída dos migrantes.

I. Reforçar as capacidades do Governo de Moçambique em matéria de inspecções de trabalho e a sua ligação com a prevenção e identificação do tráfico de pessoas.

J. Desenvolver investigação fundamental sobre o perfil demográfico, necessidades e desejos da diáspora moçambicana, em linha com a estratégia 3E da OIM: envolver, capacitar e emponderar.

K. Reforçar as capacidades do Governo de Moçambique para se envolver e alavancar as capacidades da diáspora moçambicana para promover o desenvolvimento.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
8	1	3 19
10	2	6 20
17		18 22

ÁREA FOCAL 5: PROTECÇÃO E ASSISTÊNCIA AO MIGRANTE

Como país de origem, trânsito e destino, Moçambique observa fluxos migratórios regulares e irregulares contínuos, com pessoas a viajar a partir, através e para Moçambique por variadas razões, tais como trabalho, educação e reunificação familiar. Durante o trânsito e no destino, os migrantes, especialmente os mais vulneráveis, podem estar sujeitos a violência, abuso e exploração, incluindo o tráfico de pessoas. A OIM apoiará o Governo de Moçambique, a sociedade civil e outros parceiros a fornecer protecção e assistência aos migrantes necessitados, incluindo vítimas de tráfico, migrantes encalhados, crianças migrantes não-acompanhadas e separadas, migrantes sujeitos a violência, exploração ou abuso e outros. Além disso, a OIM prestará assistência directa, incluindo o retorno voluntário assistido e reintegração para os migrantes mais vulneráveis, colmatando as lacunas na prestação de serviços. Como medida preventiva, a OIM apoiará mecanismos de coordenação local e o Governo central para prevenir o tráfico de pessoas e aumentar a consciência sobre os riscos da migração irregular. A OIM irá concentrar-se particularmente na mitigação dos riscos significativos de protecção que as crianças em movimento, incluindo crianças não-acompanhadas e separadas, enfrentam em Moçambique.

Objectivo: Contribuir para a defesa dos direitos dos migrantes, de acordo com as leis e normas internacionais.

Principais Resultados

1. As capacidades do Governo de Moçambique e da sociedade civil para prevenir e responder ao tráfico de pessoas são aumentadas.
2. O sistema de protecção à criança para crianças migrantes não-acompanhadas e separadas em Moçambique é reforçado.
3. Os migrantes vulneráveis recebem assistência ao retorno voluntário e à reintegração.
4. Os moçambicanos e migrantes em Moçambique estão conscientes dos riscos de migração irregular e dos serviços de protecção à sua disposição.
5. O Governo de Moçambique e os seus parceiros promovem a adopção de alternativas à detenção de migrantes em situação irregular.

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Desenvolver a capacidade do Governo de Moçambique para prevenir, identificar, responder e processar os casos de tráfico de pessoas.

B. Desenvolver as capacidades do Governo de Moçambique e da sociedade civil para fornecer protecção e assistência às vítimas de tráfico de pessoas, bem como a outros migrantes em situações de vulnerabilidade.

C. Estabelecer e reforçar grupos de referência distritais e provinciais de protecção à criança e combate ao tráfico de pessoas através da capacitação, apoio técnico e oportunidades de mentoria.

D. Desenvolver as capacidades dos Grupos de Referência para o Combate ao Tráfico de Pessoas e Protecção à Criança sobre a prevenção da migração irregular e a assistência aos migrantes em situações vulneráveis.

E. Prestar assistência directa e serviços de protecção a migrantes em situações de vulnerabilidade, incluindo vítimas de tráfico de pessoas, migrantes contrabandeados com necessidades de protecção, requerentes de asilo rejeitados, migrantes em situações irregulares, migrantes encalhados, crianças migrantes não-acompanhadas e separadas, e migrantes vítimas de violência, exploração e abuso, entre outros.

F. Desenvolver a capacidade das partes interessadas na prestação de serviços de assistência e protecção à crianças migrantes, incluindo crianças não-acompanhadas ou separadas.

G. Prestar serviços de retorno voluntário assistido e de reintegração a migrantes vulneráveis e reclusos.

H. Apoiar a criação de fóruns transfronteiriços e mecanismos de referência sobre migração entre Moçambique e os países vizinhos, incluindo o Governo e a sociedade civil.

I. Realizar investigação fundamental e aumentar a sensibilização sobre alternativas à detenção de migrantes em situação irregular.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
1, 10, 5, 16, 8, 17	1, 3	3, 10, 15, 4, 13, 7, 14

ÁREA FOCAL 6: MIGRAÇÃO, MEIO-AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Moçambique é um dos países mais vulneráveis aos desastres naturais e aos efeitos das alterações climáticas a nível mundial.[17] O país é afectado por perigos relacionados com o clima, tais como seca, subida do nível do mar, salinização do solo e desastres naturais tais como ciclones e inundações, que podem ter um impacto devastador sobre a população afectada e colocar os moçambicanos em alto risco de migração forçada.

Estes factores ambientais estão profundamente enraizados na natureza multi-causal da migração dentro de Moçambique, colocando uma pressão crescente sobre as comunidades que acolhem os migrantes, e esgotando os mercados nas comunidades afectadas pelas mudanças climáticas e o meio-ambiente. Além disso, se não for gerida, a migração interna e internacional pode ter um impacto no meio-ambiente, por exemplo, através da desflorestação para a utilização de recursos locais, ou do aumento da poluição. A OIM apoiará o Governo de Moçambique no estudo, desenvolvimento ou adaptação de quadros jurídicos e políticas, e lançará iniciativas que possam abordar a migração e as suas ligações com o meio-ambiente e as mudanças climáticas.

Objectivo: Contribuir para o desenvolvimento a longo prazo através da adaptação às mudanças climáticas e às pressões ambientais a fim de criar condições para que a migração seja utilizada como uma estratégia de adaptação e uma escolha.

Principais Resultados

1. As capacidades dos intervenientes governamentais são reforçadas para abordar questões complexas de migração, ambiente e mudanças climáticas.
2. O Governo, parceiros e comunidades têm acesso a dados e informações para o desenvolvimento de políticas e programas baseados em provas sobre migração, ambiente e mudanças climáticas.
3. As respostas para apoiar os migrantes e as comunidades vulneráveis a adaptarem-se aos factores ambientais e às mudanças climáticas são viabilizadas e melhoradas.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
15 11 7 13 10	1 2	2

17 Climate Change Profile: Mozambique

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Conduzir investigação fundamental sobre questões relacionadas com as mudanças climáticas e os seus efeitos na migração em Moçambique.

B. Desenvolver directrizes técnicas, protocolos e planos de acção para abordar as mudanças climáticas e os seus efeitos na migração em Moçambique.

C. Conduzir investigação fundamental sobre as ligações entre migração e meio-ambiente para promover a elaboração de políticas e programação com base em evidências.

D. Realizar seminários de sensibilização com o Governo, parceiros e comunidades afectadas sobre as mudanças climáticas e os seus efeitos na migração.

E. Desenvolver as capacidades dos funcionários do Governo central e regional e da sociedade civil para abordar eficazmente as mudanças climáticas e a migração induzida pelo ambiente.

F. Desenvolver e pilotar projectos comunitários que abordem os efeitos das mudanças climáticas e do meio-ambiente na migração, gerando dados e aprendizagens para informar o desenvolvimento de políticas.

G. Promover a colaboração e o estabelecimento de grupos de trabalho conjuntos com o Governo, agências das Nações Unidas e outros parceiros para melhorar a eficácia das iniciativas de mitigação do clima local que minimizem a migração forçada.

Crianças na ilha do Ibo que testemunharam a fúria do Ciclone Kenneth. As equipas do MHPSS - Protecção, Saúde Mental e Apoio Psicossocial da OIM em Cabo Delgado apoiaram jovens e familiares afectadas pelo ciclone para que de forma construtiva processam as suas experiências. © OIM Maio 2019/Sandra BLACK

PRIORIDADE ESTRATÉGICA 2

PROMOVER A RESILIÊNCIA E SOLUÇÕES DURADOURAS

OBJECTIVO: Capacitar as comunidades em Moçambique para serem seguras e estáveis, bem como preparadas para suportar e recuperar rapidamente de choques naturais e provocados pelo homem.

Construção de Comunidades Resilientes

A vulnerabilidade social, económica e psicológica continua a ser um dos principais motores da migração forçada em Moçambique. A OIM apoiará as comunidades a tornarem-se resilientes, enfrentarem os factores negativos da migração, tais como desastres naturais, mudanças climáticas e insegurança, a prevenir perdas futuras, e a reforçar as capacidades de auto-recuperação. A OIM irá assegurar a participação dos grupos mais vulneráveis dentro das actividades e estruturas de gestão locais, especialmente mulheres, crianças, pessoas com deficiência e pessoas deslocadas internamente.

FOCUS AREAS

- Soluções Duradouras Para Comunidades em Recuperação
- Construção da Paz, Estabilização e Desarmamento Comunitário, Desmobilização e Reintegração
- Envolvimento e Policiamento Comunitário
- Redução do Risco de Desastres

ÁREA FOCAL 7: SOLUÇÕES DURADOURAS PARA COMUNIDADES EM RECUPERAÇÃO

Após a passagem dos ciclones Idai e Kenneth em Março e Abril de 2019 e a subsequente grande resposta humanitária, Moçambique transitou para a fase de recuperação e resiliência. Como tal, as principais intervenções buscam actualmente apoiar as pessoas deslocadas e outras populações afectadas em Moçambique para construir resiliência e progredir ao encontro de soluções sustentáveis e duradouras para a deslocação. Em 2016, a OIM adoptou uma abordagem inclusiva e orientada para a resiliência na resolução da deslocação, delineada no Quadro Resolução Progressiva de Situações de Deslocação. Através de uma abordagem incremental e alinhada com as normas e melhores práticas globais existentes, a OIM procura reforçar as capacidades de resposta, promover a auto-suficiência e criar ambientes propícios à resolução de deslocações. No centro da abordagem da OIM está o reconhecimento da necessidade de esforços sistemáticos fundamentados em acções de desenvolvimento a longo prazo e baseadas em evidências que envolvam múltiplos sectores e uma vasta gama de parcerias entre actores humanitários, de desenvolvimento e de paz.

Objectivo: As populações afectadas pela crise e vulneráveis que alcançaram uma solução duradoura gozam, sem discriminação, de um nível de vida adequado.

Principais Resultados

1. As pessoas deslocadas têm acesso a habitação durável e a soluções de subsistência.
2. As populações afectadas pela crise e as de acolhimento estão habilitadas a construir e manter estruturas comunitárias seguras, incluindo soluções habitacionais resilientes que resistam a futuras catástrofes.
3. As famílias e artesãos têm melhor conhecimento e compreensão de práticas de construção seguras e resistentes, incluindo elementos de DRR.
4. Sensibilização e conhecimento dos princípios do Build Back Better para comunidades resilientes a longo prazo e estabelecimento da preparação para a construção.
5. Os parceiros do Cluster de Abrigo têm o apoio operacional e técnico para fornecer uma resposta de reconstrução adequada, reforçando ao mesmo tempo as capacidades locais.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
5, 13, 11	1, 2	7, 16

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Seleccionar localidades com base na vulnerabilidade, coordenação com outros actores e em concordância com as estruturas governamentais distritais e provinciais.

B. Organizar encontros de sensibilização comum sobre programas de reconstrução em locais públicos para assegurar a participação de todos os grupos vulneráveis.

C. Atribuir papéis e tarefas aos beneficiários nas comunidades-alvo, de modo a garantir o feedback e a participação durante a implementação do programa.

D. Prestar apoio técnico ao planeamento e preparação de intervenções de assentamento para tornar as comunidades mais resistentes aos perigos (por exemplo, drenagem e medidas de mitigação física) e promover um ambiente propício a uma vida comunitária pacífica, saudável e funcional (alocações de espaço adequadas para espaços públicos e infra-estruturas comunitárias).

E. Implementar um método participativo de identificação, avaliação e selecção de beneficiários baseado em critérios pré-definidos de vulnerabilidade em estreita coordenação com as partes interessadas locais, outras agências e grupos relacionados.

F. Seleccionar as modalidades para uma programação de recuperação e reconstrução rápida com base em avaliações do mercado e do trabalho (provisão material / monetária /vouchers).

G. Adquirir materiais de abrigo devidamente concebidos com base nas necessidades identificadas, adequação contextual, impacto ambiental e relação custo-benefício em termos de transporte e rapidez de entrega.

H. Formar, fornecer ferramentas e acompanhar os empresários que contribuem para os mercados locais e entregam os recursos necessários à comunidade.

I. Conceber soluções de habitação permanente através de abordagens participativas com as comunidades, e acompanhar a construção através da partilha de modelos com os princípios do Build Back Better que podem ser replicados.

J. Conceber, produzir e distribuir materiais de informação, educação e comunicação (IEC) e visibilidade, incluindo aconselhamento sobre a organização e manutenção adequadas de casas e infra-estruturas comunitárias.

K. Identificar e desenvolver manuais de formação adequados sobre as técnicas do Build Back Better, DRR e segurança durante a construção.

L. Fornecer formação no local de trabalho a pedreiros e famílias envolvidas nas soluções de habitação permanente e actividades de RRD comunitárias.

M. Apoiar o governo e parceiros relevantes na concepção de uma estratégia nacional de abrigo e habitação para soluções duradouras.

ÁREA FOCAL 8:
CONSTRUÇÃO DA PAZ, ESTABILIZAÇÃO E DESARMAMENTO COMUNITÁRIO, DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO

O programa de Construção da Paz, Estabilização e Desarmamento Comunitário, Desmobilização e Reintegração da OIM Moçambique procura reforçar a capacidade das comunidades para prevenir e gerir os efeitos negativos de conflitos violentos e apoiar processos que abordem as causas profundas dos conflitos. Estas respostas programáticas centram-se na compreensão das dinâmicas sociais, económicas, de recursos ou políticas que conduzem à insegurança e tensão nas comunidades através de avaliações participativas que podem informar as soluções baseadas na comunidade. Através de intervenientes locais, a OIM Moçambique visa comunidades vulneráveis, ou afectadas pela violência, através de actividades que promovam a reconciliação, a coesão social e a participação dos jovens.

Objectivo: Apoiar processos de colaboração e iniciativas de estabilização comunitária que contribuam para comunidades seguras e protegidas.

Principais Resultados

1. As comunidades participam em actividades culturalmente apropriadas que promovem o bem-estar e a reconciliação.
2. As campanhas de mensagens de coesão social são entregues através de meios culturalmente relevantes.
3. Os projectos de infra-estruturas de pequena escala e de geração de rendimentos priorizados pelas comunidades incentivam a paz e a coesão social nas comunidades.
4. As organizações da sociedade civil facilitam o diálogo para a paz nas comunidades.
5. Uma base contextual é informada por investigação para intervenções baseadas na comunidade.
6. Os esforços de DDR são apoiados através de iniciativas de reintegração de base comunitária.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
16	1 2	16

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Conduzir investigação e análise do contexto para compreender os factores e desencadeadores de conflitos como oportunidades de fontes que promovem a coesão social e a estabilidade.

B. Desenvolver campanhas de mensagens de construção da paz com os departamentos relevantes do Governo de Moçambique; trabalhar com grupos teatrais locais, artistas e outros actores para divulgar mensagens de construção da paz.

C. Através de processos de planeamento baseado na comunidade (CBP), mapear fontes de tensão comunitária e identificar e dar prioridade a projectos de revitalização comunitária (PRC) (pequenos projectos de infra-estruturas comunitárias) e projectos de geração de rendimentos/ projectos de subsistência.

D. Identificar e formar OSC sobre o diálogo comunitário para a paz nas comunidades das zonas-alvo.

E. Apoiar o Governo no desenvolvimento de políticas, estratégias e directrizes sobre a construção da paz e prevenção do extremismo violento (PVE).

F. Fornecer apoio à reintegração dos ex-combatentes da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO).

G. Implementar actividades de base comunitária para promover a coesão social nas comunidades que recebem ex-combatentes.

ÁREA FOCAL 9: ENVOLVIMENTO E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Embora o conceito de Policiamento Comunitário tenha sido implementado pelo Governo para tornar o policiamento mais sensível às comunidades, incluindo em Moçambique, o Envolvimento Comunitário é uma abordagem distinta entretanto complementar, que promove as contribuições activas das populações locais para a sua segurança, por exemplo, fornecendo informação. A OIM irá promover a transição de uma reacção baseada em incidentes ao crime para uma abordagem mais proactiva que visa cumprir, respeitar e promover os direitos humanos. Esta abordagem contribuirá para garantir a segurança e a justiça (que são fundamentais para o desenvolvimento), reduzindo a deslocação forçada e enfrentando os desafios da migração irregular. Além disso, reconhecendo que as acções de policiamento devem ser adaptadas às necessidades e interesses das comunidades locais, o envolvimento e policiamento comunitário desempenharão um papel fundamental em Moçambique para estabelecer as bases de uma recuperação a longo prazo, inclusive através da restauração dos meios de subsistência, acesso aos serviços e coexistência pacífica.

Objectivo: A cooperação e a confiança entre as comunidades e a aplicação da lei é aumentada através da divulgação, do reforço da partilha de informação e da resolução conjunta de problemas.

Principais Resultados

1. Os conselhos de segurança comunitários (CSC) são estabelecidos e reforçados como um elo crítico entre as comunidades e a aplicação da lei.
2. Comunidades são capazes de identificar questões relacionadas com a segurança e determinar soluções através de diálogos facilitados por organizações da sociedade civil.
3. As brigadas móveis de policiamento comunitário e de envolvimento cívico conduzem actividades de sensibilização da comunidade.
4. O envolvimento entre as comunidades e a polícia é reforçado através de actividades baseadas na comunidade e investimentos em infra-estruturas que promovem um envolvimento positivo.
5. As capacidades da polícia activa e do Governo para interagir mais positivamente nas comunidades são reforçadas através de programas de formação e mentoria.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
16	2	16

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Conduzir investigação sobre práticas de policiamento comunitário, necessidades e lacunas no norte de Moçambique, incluindo inquéritos sobre a percepção dos desafios nas interacções comunidade-polícia.

B. Desenvolver a capacidade dos CSC para melhor compreender e desempenhar o seu papel e para realizar reuniões regulares com a polícia para discutir os desafios da comunidade.

C. Conduzir diálogos comunitários sobre segurança, protecção e paz através de OSC locais.

D. Apoiar a polícia no estabelecimento de brigadas móveis e na realização de visitas a comunidades para partilhar informações sobre policiamento comunitário e segurança comunitária.

E. Realizar actividades (eventos desportivos, eventos culturais, etc.) que promovam a construção de relações face-a-face e o envolvimento positivo entre a comunidade e a polícia.

F. Realizar avaliações das infra-estruturas das esquadras de polícia locais, apoiar a modernização das instalações para criar espaços adequados a civis.

G. Em coordenação com a Polícia da República de Moçambique (PRM), implementar acções de formação para agentes policiais, incluindo liderança, sobre policiamento comunitário e direitos humanos, bem como sobre abordagens centradas no homem e centradas no género e na juventude.

ÁREA FOCAL 10: REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES

Moçambique é um dos países mais expostos ao risco no mundo, classificando-se em terceiro lugar entre os países africanos mais expostos a múltiplos riscos relacionados com o clima. Moçambique está sujeito a eventos ambientais, incluindo cheias, secas, ciclones, erosão costeira, subida do nível da água e salinização do solo, que estão a tornar-se mais fortes e frequentes. Esta vulnerabilidade afecta a vida de milhões de pequenos agricultores todos os anos, destruindo meios de subsistência e infra-estruturas. Ao mesmo tempo, é um motor da migração forçada que, se não for devidamente gerida, pode levar à superpopulação de algumas áreas e criar conflitos locais sobre escassez de recursos. Moçambique tem um sistema de gestão de risco de calamidades desde 2006 que levou à implementação de iniciativas tais como planos de contingência formalizados a nível nacional e distrital. Contudo, acontecimentos recentes como os ciclones Idai e Kenneth evidenciaram a necessidade de um investimento contínuo e reforçado na RRC (Redução do Risco de Catástrofes). A OIM contribuirá para os esforços do Governo na implementação do Quadro Sendai para a RRC 2015-2030, integrando estratégias baseadas na mobilidade para reduzir o risco de catástrofes e reforçar a resiliência, prestando particular atenção às comunidades em risco, migrantes, populações deslocadas e outros grupos móveis vulneráveis. Tal enfoque contribuirá para prevenir ou reduzir a deslocação através de estratégias de prevenção e mitigação, governação de risco e informação, bem como para reforçar a resiliência através da construção de melhores medidas durante a recuperação e reconstrução.

Objectivo: Reforçar a resistência a catástrofes para prevenir perdas e deslocações futuras.

Principais Resultados

1. O Governo de Moçambique tem uma Estratégia de Gestão de Desastres e um Plano de Acção em Calamidades de múltiplas partes interessadas.
2. As capacidades das partes interessadas no DDR são reforçadas.
3. As comunidades em risco são mais resistentes para fazer face a um número crescente de choques naturais.
4. Um sistema de alerta precoce está operacional.
5. As comunidades têm a capacidade de aplicar as Melhores Práticas do Build Back Better.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
11 13	2	2

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Avaliar os riscos (incluindo o risco de deslocamento em consequência do choque ambiental) a fim de informar as acções de redução de riscos.

B. Reduzir os efeitos dos perigos nos edifícios e infra-estruturas, através da adopção e implementação de normas de construção resistentes a riscos, incluindo as práticas do Build Back Better.

C. Melhorar a compreensão da população em risco sobre os riscos de catástrofes através de campanhas de sensibilização ao público, incluindo a RRC como parte dos currículos escolares.

D. Apoiar o Governo na realização de consultas inclusivas, simulações e exercícios de planeamento sobre DRR.

E. Apoiar o Governo no desenvolvimento de uma Estratégia de Gestão de Desastres, considerando as lições aprendidas com os ciclones Idai e Kenneth.

F. Apoiar o Governo no desenvolvimento de um Plano de Acção de Deslocação por Desastres com múltiplos intervenientes.

G. Promover e aplicar os padrões do Build Back Better nas actividades de recuperação e reconstrução.

H. Promover esquemas de migração laboral para evitar a perda de meios de subsistência associados à degradação ambiental e aos riscos naturais, facilitando os arranjos institucionais, o transporte e o acesso aos mercados de trabalho.

I. Envolver os membros da comunidade em exercícios de avaliação de perigos e vulnerabilidade e de mapeamento para avaliar as condições e capacidades locais de risco.

J. Construir sobre os conhecimentos locais existentes, incorporados nas culturas e estilos de vida locais (tais como língua, práticas habituais de uso da terra e comportamentos pré e pós-evento), para definir acções de gestão de desastres que sejam melhor compreendidas e confiadas pelas comunidades-alvo.

K. Criar capacidade no país a todos os níveis, reforçando as agências nacionais e subnacionais de gestão de risco, especialmente o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), para melhor cumprir o seu mandato e contribuir para os objectivos de DRR.

L. Promover a utilização de instrumentos que contribuam para a recolha de informação atempada e precisa sobre a deslocação da população durante as crises e a preparação através de programas de formação em gestão de calamidades.

Após Ciclone Kenneth, OIM distribuiu lonas na Ilha do Ibo e treinou equipas locais na colocação de lonas nas casas de famílias vulneráveis.
© OIM Maio 2019/Sandra BLACK

PRIORIDADE ESTRATÉGICA 3

PREPARAÇÃO E RESPOSTA HUMANITÁRIA

OBJECTIVO: Apoiar migrantes, pessoas deslocadas e comunidades afectadas por crises, de acordo com os princípios humanitários.

Salvar Vidas

Moçambique está entre os dez países mais propensos a sofrer catástrofes naturais e a perceber os efeitos lentos das mudanças climáticas a nível global. Combinado com o aumento da insegurança, as necessidades humanitárias são imprevisíveis mas iminentes. A OIM apoiará o Governo de Moçambique e outros parceiros na preparação e resposta rápida às necessidades humanitárias mais imediatas das pessoas afectadas pelas crises, assegurando que as respostas sejam conducentes a uma rápida recuperação. A OIM assegurará que a assistência humanitária alcance e proteja os mais vulneráveis, especialmente mulheres, crianças, pessoas com deficiência e pessoas deslocadas internamente. As áreas temáticas no âmbito deste pilar são uma componente central do Quadro Operacional de Crise Migratória (MCOF), que foi adoptado pelos Estados membros da OIM em 2012.

FOCUS AREAS

- Coordenação e Gestão de Acampamentos
- Abrigo e NFIs em Emergências
- Protecção e Apoio de Saúde Mental e Psicossocial em Emergências
- Saúde em Emergências
- Matriz de Monitoria de Deslocamentos

ÁREA FOCAL 11: COORDENAÇÃO E GESTÃO DE ACAMPAMENTOS

Como as catástrofes naturais e a insegurança continuam a deslocar pessoas em Moçambique, a OIM continuará a apoiar o Governo de Moçambique na coordenação da resposta às deslocações nos locais de Sofala, Manica, Cabo Delgado e Nampula, bem como noutras províncias quando surgirem necessidades. A posição única da OIM como organização intergovernamental permite-a trabalhar à escala em contextos complexos de desastres naturais e conflitos. A OIM assegurará o envolvimento e coordenação com os homólogos governamentais relevantes, o Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA), comunidades deslocadas e de acolhimento, e parceiros relevantes, como líder do Cluster da Coordenação e Gestão de Acampamentos (CCCM) no país. A resposta incluirá o mapeamento e planeamento do local, e a monitoria dos serviços, para assegurar que as pessoas deslocadas internamente possam ter acesso aos serviços de que necessitam, bem como a mecanismos eficientes de *feedback*.

Objectivo: Facilitar o acesso coordenado a serviços básicos e promover condições de vida dignas para os deslocados internos em locais de reassentamento e comunidades de acolhimento.

Principais Resultados

1. É promovido um ambiente propício à prestação de serviços e condições de vida dignas para as populações deslocadas.
2. Estruturas representativas, participativas e inclusivas de governação local reforçam o envolvimento e a apropriação significativa pela comunidade.
3. O acesso aos serviços essenciais é aumentado nos locais de reinstalação e nas comunidades de acolhimento através de uma coordenação eficaz com os intervenientes.
4. A melhoria dos mecanismos de feedback e a coordenação com os mecanismos de âmbito nacional reforçam a integração da protecção e a responsabilização perante as populações afectadas.
5. Os parceiros do Cluster de CCCM na região norte têm o apoio operacional e técnico para fornecer uma resposta de CCCM adequada, reforçando simultaneamente as capacidades locais.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
10 17 11	2 2 1 3	7 12

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Conduzir a avaliação, planeamento e manutenção de locais com adaptações de acessibilidade.

B. Criar estruturas de governação local através da criação de comités baseados na avaliação das necessidades e representação significativa.

C. Criação de mecanismos de reclamação e feedback e mecanismos de reclamação baseados na comunidade.

D. Estabelecer mecanismos de coordenação intra-locais e de gestão da informação através de inquéritos, perfis e avaliações do local (inquéritos de satisfação, inquéritos de intenção, inquéritos de acessibilidade, etc.)

E. Produzir mapas de serviço, perfis de locais, listas de contactos e Matrizes de 4W (4Ws)

F. Realizar auditorias de segurança em coordenação com o Cluster de Protecção.

G. Conduzir a capacitação de parceiros, Governo e liderança comunitária sobre normas do CCCM, papéis, responsabilidades e recolha de dados.

H. Desenvolver planos de contingência através da criação e apoio de estruturas locais e comités sobre DRR.

I. Estabelecer iniciativas lideradas pela comunidade (projectos-piloto, actividades de subsistência e de geração de rendimentos) para soluções duradouras.

J. Alargar a Comunicação com as Comunidades através de uma variedade de métodos de comunicação para assegurar o envolvimento de todos os sectores (reuniões municipais, discussões em grupos, campanhas massivas, divulgação em massa de mensagens, rádio, teatro comunitário, entre outros).

K. Conduzir respostas móveis através de abordagens baseadas na área em cenários fora do local.

L. Implementar a gestão de recepção para apoio de resposta rápida.

M. Realizar formações para parceiros governamentais sobre preparação de resposta.

N. Monitorizar a prestação de serviços nos locais de reassentamento e nas comunidades de acolhimento para evitar duplicações e assegurar que as normas humanitárias sejam respeitadas.

O. Realizar reuniões regulares da comunidade e dos prestadores de serviços a nível do local.

P. Liderar, implementar reuniões regulares, e estabelecer um mecanismo de partilha de informação para o Cluster da CCCM.

ÁREA FOCAL 12: ABRIGO E ARTIGOS NÃO-ALIMENTARES (NFIs) EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

O apoio de Abrigo e NFI foi desenhado para ser uma resposta imediata às populações afectadas pelas crises, especialmente às deslocadas, fornecendo artigos como cobertores de plástico, conjuntos de cozinha, cobertores, tambores, tapetes-cama e artigos sanitários, para permitir às populações afectadas melhorar as suas condições de vida de uma forma digna. Em Moçambique, a OIM continuará pronta para fornecer e coordenar o apoio de Abrigo e NFI como parte da capacidade de emergência, assegurando que a resposta seja informada por avaliações locais e contextualizadas das necessidades das populações afectadas. Esta componente está fortemente ligada à área temática Soluções Duradouras, uma vez que após a resposta de emergência é importante assegurar que as pessoas continuarão a ter condições de vida sustentáveis a longo prazo. A OIM continuará também a liderar o Cluster de Abrigo em Cabo Delgado para assegurar a coordenação entre parceiros, bem como a gestão adequada da abordagem comum da OIM.

Objectivo: A situação humanitária das pessoas vulneráveis afectadas pela crise é melhorada através do restabelecimento da dignidade e da redução das vulnerabilidades de protecção através do fornecimento de abrigo de emergência imediato e da assistência através de NFI.

Principais Resultados

1. As condições de vida das pessoas afectadas pelas crises são melhoradas através do fornecimento de abrigos de emergência e de IFNs.
2. As pessoas vulneráveis afectadas por crises recebem e utilizam kits de abrigo de emergência apropriados localmente.
3. Aumento da consciência das pessoas vulneráveis afectadas por crises sobre a utilização e manutenção adequadas dos abrigos.
4. As operações dos parceiros do Cluster de Abrigo na região norte de Moçambique contribuem para uma resposta de abrigo e NFIs adequadas, reforçando simultaneamente as capacidades locais.

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Liderar a coordenação de grupos e reuniões com outros actores para preparar avaliações e estratégias de resposta.

B. Preparar instrumentos para a elaboração de relatórios através de uma gestão eficaz da informação a nível do cluster.

C. Liderar a identificação participativa, avaliação e selecção dos beneficiários com base em critérios de vulnerabilidade pré-definidos em estreita coordenação com os intervenientes locais, outras agências e grupos relacionados.

D. Com base nos resultados da coordenação do cluster e das actividades de identificação do agregado familiar, planear a assistência ao abrigo e de NFI em coordenação com os líderes comunitários e as populações locais.

E. Reforçar a capacidade de organização de armazém e gestão adequados para receber abrigos de emergência e o stock e ferramentas de NFI que assegurarão um abastecimento eficiente para a resposta da abordagem comum de Abrigo/NFI da OIM no norte de Moçambique.

F. Realizar avaliações de mercado e avaliações de impacto ambiental, centradas em madeira e materiais de construção.

G. Estabelecer uma área adequada de armazenamento de bambu e postes de madeira e de tratamento específico para aumentar o tempo de vida útil dos materiais estruturais.

H. Adquirir materiais de abrigo com base nas necessidades identificadas, adequação contextual, menor impacto ambiental e relação custo-benefício em termos de transporte e rapidez de entrega. Os materiais incluirão a combinação padrão de itens recomendados pelo Cluster de Abrigo e INGD e outros itens que possam ser identificados pela comunidade.

I. Transportar e distribuir materiais e ferramentas de abrigo de acordo com o plano de distribuição e fornecer apoio aos parceiros para acederem aos materiais comuns da OIM.

J. Identificar as necessidades de capacitação e realizar formações com os intervenientes do programa de abrigo.

K. Fornecer formação no local de trabalho a pedreiros e famílias envolvidas em actividades de soluções de abrigo de emergência para promover estruturas mais resilientes.

L. Conceber soluções de abrigo através de abordagens participativas com as comunidades promovendo os princípios de Build Back Better.

M. Assegurar que as mulheres e grupos marginalizados (pessoas com deficiência, pessoas com albinismo, pessoas LGBTQ) participem nos processos de concepção e construção.

N. Conceber, produzir e distribuir materiais de informação, educação e comunicação e visibilidade, incluindo aconselhamento sobre a construção e manutenção adequada de abrigos.

O. Identificar e promover intervenções de base comunitária relacionadas com Abrigo/NFIs apoiando o acesso a meios de subsistência.

P. Apoiar os artesãos na criação das estruturas de abrigo em áreas seleccionadas.

Q. Efectuar distribuições às famílias num ambiente digno e seguro, acompanhado por mensagens de informação e sensibilização sobre como optimizar a utilização e a vida útil dos materiais distribuídos aos beneficiários.

R. Monitorar e avaliar as distribuições e intervenções para: 1) precisão no alcance dos beneficiários visados; 2) qualidade e adequação dos materiais e das mensagens de sensibilização.

S. Efectuar monitoria e análise pós-distribuição para informar e melhorar a programação futura.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
5, 11, 17, 10, 13	2, 1, 3	7, 15

ÁREA FOCAL 13:
PROTECÇÃO, SAÚDE MENTAL E APOIO PSICOSSOCIAL (MHPSS) EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Qualquer forma de migração implica uma redefinição das identidades individuais, familiares, de grupo e colectivas, papéis e sistemas de valores, o que pode colocar indivíduos, famílias e comunidades sob stress ou aumentar a sua vulnerabilidade. A integração da protecção é a inclusão de princípios de protecção humanitária na resposta a crises, assegurando que qualquer resposta seja dada de forma a evitar quaisquer efeitos negativos não intencionais (não causar danos), seja dada de acordo com as necessidades, dê prioridade à segurança e dignidade, se baseie na participação e emponderamento das capacidades locais e, em última análise, responsabilize os actores humanitários perante os indivíduos e comunidades afectados. A OIM adere e integra a definição do Global Protection Cluster para a integração da protecção. Neste contexto, a OIM proporcionará protecção e assistência aos migrantes necessitados, incluindo através da prevenção do tráfico de pessoas, da violência baseada no género e de outras formas de violência. A OIM irá também implementar uma abordagem inclusiva e baseada nos direitos humanos que garanta a inclusão da disponibilidade e acessibilidade de apoio psicossocial e cuidados de saúde mental às pessoas deslocadas internamente e às suas comunidades de acolhimento.

Objectivo: Contribuir para o bem-estar das populações afectadas por crises, de acordo com a lei internacional e as normas humanitárias.

Principais Resultados

1. Os serviços integrados de MHPSS/Protecção estão disponíveis para as populações afectadas por crises.
2. Os conhecimentos e as capacidades dos pontos focais comunitários e dos homólogos governamentais em primeiros socorros psicológicos, tráfico de pessoas e protecção à criança são aumentados.
3. As populações afectadas pela crise em comunidades de difícil acesso têm acesso a serviços de saúde mental através de brigadas móveis.
4. As populações afectadas pela crise têm acesso à informação relativa à saúde mental e aos serviços de protecção.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
3	2 1	7 15

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Conduzir uma rápida avaliação e mapeamento de serviços para identificar as principais necessidades e lacunas em matéria de protecção e saúde mental nas comunidades.

B. Mobilizar e formar activistas[18] de protecção e MHPSS para conduzir actividades baseadas na comunidade e identificar e encaminhar pessoas com necessidade de serviços de protecção.

C. Organizar MHPSS com base na comunidade e actividades de protecção.

D. Prestar aconselhamento básico (aconselhamento individual, familiar e de grupo) e apoio psicossocial a pessoas afectadas por crises.

E. Encaminhar indivíduos afectados por crises para serviços especializados, tais como saúde, saúde mental e protecção.

F. Prestar assistência directa a indivíduos vulneráveis.

G. Conduzir sessões de capacitação sobre primeiros socorros psicológicos, tráfico de pessoas e protecção à criança para o Governo e outros parceiros.

H. Apoiar as brigadas móveis governamentais para fornecer acesso a serviços básicos, incluindo serviços de protecção.

I. Organizar actividades de sensibilização comunitária sobre as causas profundas do sofrimento da comunidade (saúde mental, violência baseada no género, tráfico de pessoas, violência contra a criança, violência contra a mulher)

J. Sensibilizar as comunidades afectadas sobre a violência baseada no género, tráfico de pessoas e violência contra crianças, e como prevenir estas formas de violência e aceder a serviços de apoio.

18 Uma vez que exercem tradicionalmente nas comunidades em que trabalham.

ÁREA FOCAL 14: SAÚDE EM EMERGÊNCIAS

As intervenções de saúde da OIM em resposta a crises visam reduzir a mortalidade, morbilidade e o sofrimento humano dos indivíduos afectados por crises, assegurando o acesso e a disponibilidade de cuidados de saúde que salvam vidas, bem como ao mesmo tempo apoiar a recuperação e a reconstrução de sistemas de saúde resistentes. Em Moçambique, a OIM fornece serviços directos de extensão e encaminhamento através de apoio estático e de capacidade móvel, trabalhando em estreita colaboração com o Ministério da Saúde e outros sectores de emergência, incluindo o CCCM e os Clusters de Protecção. As brigadas e equipas móveis conjuntas do Governo e da OIM prestarão uma variedade de serviços, incluindo a identificação de doentes com VIH e tuberculose e o seu encaminhamento para tratamento.

Objectivo: Contribuir para melhorar a saúde das pessoas que vivem em locais de reassentamento e comunidades afectadas por crises.

Principais Resultados

1. Os serviços de atendimento de saúde e primeiros socorros estão disponíveis para as populações mais vulneráveis nos locais de reassentamento e comunidades de acolhimento.
2. As capacidades do Governo de Moçambique para abordar as dimensões de mobilidade da crise sanitária, incluindo devido a riscos climáticos ou crises provocadas pelo homem, são aumentadas.
3. As capacidades do Governo e das comunidades para prevenir, detectar e responder às ameaças à saúde ao longo do corredor de mobilidade são aumentadas.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
3	2 1	7 8

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Operar brigadas móveis em coordenação com o Ministério da Saúde e parceiros para assegurar o alcance e a prestação de serviços de saúde em locais de reassentamento e comunidades de acolhimento.

B. Identificar e recolocar nos cuidados e tratamentos, pacientes entre os deslocados e comunidades de acolhimento que têm doenças crónicas, incluindo o VIH e a tuberculose.

C. Formar funcionários a nível distrital e membros de brigadas móveis na prestação de serviços durante as crises.

D. Apoiar a resposta do Governo a surtos de doenças em cenários de crise.

E. Reabilitar ou construir infra-estruturas sanitárias locais e fornecer equipamento para o seu funcionamento.

F. Organizar workshops para apoiar a inclusão do VIH e da tuberculose nos planos de contingência governamentais.

G. Implementar a formação de formadores a nível nacional para abordar as dimensões de mobilidade das crises sanitárias.

H. Promover a inclusão das dimensões de mobilidade das crises nos planos de resposta a crises de saúde a nível nacional e local.

I. Apoiar a criação e o funcionamento dos Comités Saúde Comunitário.

J. Realizar exercícios de seguimento de rumores em comunidades de difícil acesso.

K. Conceber e divulgar informação sensível ao contexto sobre saúde e fornecer feedback sobre rumores.

L. Apoiar o Governo e as comunidades para prevenir, detectar e responder às ameaças para a saúde ao longo do corredor da mobilidade.

ÁREA FOCAL 15: MATRIZ DE MONITORIA DE DESLOCAMENTOS

A capacidade de prestar assistência humanitária está altamente dependente de tendências e padrões de mobilidade humana. Uma Matriz de Rastreamento de Deslocados (DTM) reúne e analisa dados para divulgar informação crítica segregada sobre populações deslocadas e móveis. A DTM acompanha a mobilidade e a deslocação ao longo do tempo, monitorando as tendências e dinâmicas das populações, necessidades e fluxos. Os actores humanitários e os governos exigem informação sobre a localização e composição da população afectada para prestar serviços e responder às necessidades de forma atempada. A OIM, através do DTM, continuará a fornecer uma variedade de ferramentas com base em dados mensais e análises regulares. A informação fornecida desempenhará um papel essencial, tanto a nível nacional como a nível regional e global, para permitir aos decisores e aos respondentes tomar decisões baseadas em evidências e fornecer às populações afectadas pela crise uma assistência específica ao contexto e, portanto, melhor.

Objectivo: Promover a tomada de decisões baseada em evidências através de informação atempada e precisa sobre deslocações e as necessidades das pessoas afectadas por crises.

Principais Resultados

1. A informação sobre tendências de deslocação está disponível para os parceiros.
2. As capacidades do governo e dos parceiros na recolha de dados e na gestão da informação estão reforçadas.
3. Os dados sobre os movimentos transfronteiriços estão disponíveis para os parceiros.

Contribuições dos ODS	Secções do MiGOF	Objectivos do GCM
11 17	2 2 3	1 3

ACTIVIDADES ESTRATÉGICAS

A. Implementar acções de formação para funcionários governamentais sobre recolha de dados, metodologias da DTM e gestão de informação.

B. Implementar actividades regulares de recolha de dados (inquéritos, registo, acompanhamento da mobilidade e monitoria do fluxo).

C. Produzir produtos de informação de fácil utilização, tais como avaliações multissectoriais, estudos de base e outros relatórios para facilitar o planeamento humanitário aos intervenientes relevantes.

D. Desenvolver as capacidades dos parceiros sobre a utilização das tecnologias de registo.

E. Criar e manter o website do repositório da DTM para Moçambique.

F. Expandir as operações da DTM para outras províncias do norte (Nampula e Niassa) e regiões, conforme necessário.

G. Desenvolver mapas das capitais distritais para melhor informar a comunidade humanitária.

H. Implementar o registo dos deslocados internos através de sistemas biométricos.

I. Reforçar a cooperação com as autoridades locais para garantir a acessibilidade a certas áreas de recolha de dados.

PARCEIROS DE COORDENAÇÃO

A OIM Moçambique colabora estreitamente com uma vasta gama de intervenientes em Moçambique, incluindo o Governo, organizações não governamentais internacionais, outras organizações não governamentais, o sector privado, o meio académico e outros actores a nível nacional, provincial e local. O Governo de Moçambique reconhece a OIM como um parceiro chave para fortalecer as capacidades dos intervenientes relevantes na gestão da migração, ao mesmo tempo que responde a desastres naturais e causados pelo homem e constrói a resiliência dos migrantes e das suas comunidades.

OIM e o Governo de Moçambique

Em Janeiro de 2005, a OIM assinou um acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) para o estabelecimento de escritórios da OIM em Moçambique. Antes do estabelecimento de escritórios, a OIM prestou apoio técnico e implementou actividades de projectos específicos do seu Escritório Regional para a África Austral em Pretória, África do Sul. A OIM reporta regularmente as suas actividades ao MINEC, mas promove uma abordagem governamental holística à gestão da migração através do envolvimento regular dos intervenientes governamentais relevantes.

A OIM coopera também com o Ministério do Interior (MINT) e especialmente com o Serviço Nacional de Migração (SENAMI). As colaborações frutuosas incluem o trabalho conjunto no reforço da gestão das fronteiras, bem como a actual parceria para desenvolver um perfil migratório para Moçambique, que abrirá o caminho para a primeira Política Nacional de Migração de Moçambique.

O Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) é o principal parceiro da OIM na coordenação da prestação de assistência humanitária, incluindo Abrigo/Itens Não-Alimentares, Coordenação e Gestão de Acampamentos, Matriz de Monitoria de Deslocamentos, Protecção/Saúde Mental Apoio Psicossocial e Saúde para deslocados internos e suas comunidades em resposta a desastres naturais ou provocados pelo homem. Além disso, a OIM apoia os esforços do governo na preparação e planeamento de contingência através do INGD.

A OIM Moçambique e a Procuradoria-Geral da República (PGR) têm uma excelente relação de trabalho no combate ao tráfico de pessoas (TiP) e na promoção da protecção à criança. A OIM tem prestado apoio à PGR para operacionalizar e fortalecer os Grupos de Referência[19] para Protecção à Criança e Combate ao Tráfico de Pessoas a nível provincial e distrital. A OIM vai continuar a desenvolver esta parceria chave ao longo desta estratégia. Na área de combate ao TiP e contrabando de migrantes, a OIM também colabora estreitamente com a polícia de investigação (SERNIC). Outras entidades da Polícia da República de Moçambique (PRM) também cooperam com a OIM para a implementação do programa. Por exemplo, o Departamento de Policiamento Comunitário e a OIM estabeleceram uma forte relação de trabalho para rever a estratégia do departamento e implementá-la no norte de Moçambique - uma área temática chave no âmbito do pilar de Resiliência e Soluções Duradouras desta estratégia.

A OIM trabalha continuamente com o Ministério de Género, Criança e Acção Social (MGCAS), especialmente em relação à prestação de assistência directa a migrantes em situações vulneráveis, tais como vítimas de TiP, crianças migrantes não-acompanhadas, retornados, migrantes contrabandeados e outros grupos vulneráveis.

Outros parceiros governamentais chave incluem o Ministério da Saúde (MISAU) e o Ministério do Trabalho, Emprego e Serviços Sociais (MITESS). A OIM, o MISAU e o MITESS trabalham de perto para promover o acesso à saúde pelos migrantes, bem como para prestar serviços de saúde ocupacional e operar centros de saúde ocupacional, especialmente para os trabalhadores mineiros moçambicanos.

19 Grupos multissectoriais para prestação de serviços de protecção a vítimas de tráfico e crianças vítimas de violência

De facto, todos os programas e operações da OIM Moçambique são orientados e apoiados pelo Governo de Moçambique. A OIM Moçambique pretende reforçar ainda mais a colaboração frutífera com o Governo e continuar como um parceiro chave em todos os aspectos relacionados com a migração e a deslocação em Moçambique.

OIM e Parceiros Internacionais

A OIM juntou-se às Nações Unidas como uma agência relacionada em 2016. Mesmo antes desta data, a OIM em Moçambique vinha sendo um parceiro fundamental da família das Nações Unidas no país. A OIM é um membro comprometido da Equipa Nacional das Nações Unidas (UNCT) e da Equipa Humanitária do País (HCT), bem como de outros grupos de coordenação e trabalho relevantes a diferentes níveis técnicos. A OIM é também um actor activo no processo em curso para desenvolver o Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2022-2026. A OIM continua empenhada em coordenar as suas intervenções com as agências relevantes para aumentar a eficiência e a capacidade de actuação.

Ao longo dos anos, a OIM tem implementado numerosos Programas Conjuntos com outras agências da ONU, incluindo o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o Fundo das Nações Unidas para a População, o Programa Mundial de Alimentação, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e outros. A OIM pretende expandir a programação conjunta com as agências da ONU, com base nas suas vantagens comparativas e pontos fortes para prestar um serviço dos mais altos padrões possíveis ao Governo e ao povo de Moçambique.

OIM e Organizações Não-Governamentais (ONGs) / Organizações da Sociedade Civil (OSC)

A OIM reconhece a importância e a contribuição significativa das ONGs e OSCs para o desenvolvimento sustentável de Moçambique, bem como para o bem-estar dos migrantes e da sociedade. A OIM coopera regularmente com OSCs e as convida a participar em plataformas de cooperação relevantes. Por exemplo, na área da protecção de pessoas com albinismo, ou na área da promoção da saúde ocupacional aos trabalhadores mineiros moçambicanos, a colaboração com as OSC tem provado ser extremamente valiosa. Além disso, várias OSCs fazem parte dos Grupos de Referência para Protecção à Criança e Combate ao Tráfico de Pessoas, que são presididos pela PGR. Embora estes sejam alguns exemplos de interacções positivas, a OIM Moçambique continuará a expandir a sua cooperação com OSCs relevantes em Moçambique através de vários programas.

OIM e o Sector Privado

A OIM Moçambique está ciente do importante papel que o sector privado, bem como as Parcerias Público-Privadas (PPPs) desempenham para o desenvolvimento sustentável de Moçambique. Por exemplo, a OIM tem uma parceria contínua com a Shell para a promoção do acesso à energia sustentável em locais de reassentamento nas províncias de Sofala e Manica. A OIM Moçambique colaborou também com instituições público-privadas como a GAPI-Sociedade para prestar assistência de reintegração e formação profissional aos retornados moçambicanos da África do Sul. Embora estas iniciativas acrescentem um valor significativo a intervenções específicas, a OIM Moçambique irá explorar possibilidades de expandir e reforçar ainda mais a sua parceria com entidades relevantes do sector privado, bem como PPPs.

A OIM prestou assistência ao Governo de Moçambique nas preparativas prévias à chegada do Ciclone Eloise, deslocando pessoas para centros de acolhimento seguro. © INGD Janeiro 2021

MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, RESPONSABILIDADE E APRENDIZAGEM (MEAL)

A OIM Moçambique está empenhada na gestão baseada em resultados, enfatizando o impacto e a melhoria contínua da prestação de serviços através dos seus pilares de intervenção. A implementação de um sistema eficaz de monitoria, avaliação, responsabilização e aprendizagem é assim uma componente chave para assegurar que a programação da OIM Moçambique seja baseada em evidências, flexível, eficaz e responsável.

Monitoria

A OIM irá integrar a monitoria como uma componente central da implementação de projectos e programas para impulsionar a tomada de decisões e programação baseadas em evidências. A partir do desenvolvimento de projectos e programas, a OIM irá desenvolver planos de monitoria alavancando o seu conjunto de conhecimentos para adaptar instrumentos globalmente validados a contextos e necessidades específicas. Os planos de monitoria vão reunir dados quantitativos e qualitativos para medir a qualidade e o alcance das actividades da OIM em termos de resultados, efeitos e impacto. Os instrumentos e métodos de amostragem serão completos, para assegurar que os dados de monitoria sejam recolhidos de todos os grupos alvo, especialmente os mais vulneráveis.

Prestação de contas

Como parte da sua estratégia, a OIM Moçambique compromete-se a prestar contas aos beneficiários, governo, parceiros, doadores e outras partes interessadas através de canais de comunicação recíprocos. A estratégia de comunicação da OIM Moçambique será informada através da monitoria de dados que assegurarão a adaptação das acções às necessidades dos beneficiários e outras partes interessadas. Em áreas afectadas por emergências e conflitos, a OIM vai assegurar a existência de mecanismos de feedback adaptados e acessíveis, seguindo o Compromisso do Comité Permanente Inter-Agências para a Prestação de Contas às Populações Afectadas.

Aprendizagem

Para promover a melhoria contínua e o desenvolvimento da OIM, tanto dos funcionários como dos parceiros, a OIM Moçambique irá integrar a aprendizagem como uma componente chave do seu trabalho. Através de uma monitoria, avaliação e prestação de contas eficaz, a OIM irá reunir e partilhar continuamente as melhores práticas, lições aprendidas e recomendações que podem promover uma melhor prestação de serviços e eficiência.

Coordenação

A estratégia de MEAL da OIM contribuirá para os esforços feitos pelo Grupo de Referência de Monitoria e Avaliação da ONU (MERG) para assegurar que os dados e aprendizagens sejam partilhados e recebido s de outras agências da ONU. A OIM irá promover também a colaboração e a capacitação de parceiros para melhorar e implementar mecanismos conjuntos de monitoria, avaliação, prestação de contas e aprendizagem.

Em cooperação com o Governo de Moçambique a OIM facilitou o transporte de famílias do Guara-Guara para regressarem a sua origem e residirem em campos de reassentamento após Ciclone Idai. © OIM Abril 2019/Sandra BLACK

COMUNICAÇÃO E VISIBILIDADE

A medida que as actividades da OIM em Moçambique expandem-se e adaptam-se para responder à evolução da dinâmica migratória, há uma necessidade crescente de comunicação robusta e visibilidade para partilhar dados relacionados com a migração, para comunicar as necessidades das populações vulneráveis e para partilhar as realizações de programas conjuntos.

De modo a alcançar a missão de servir como fonte chave de dados e informação sobre migração, a OIM Moçambique trabalha através de parcerias estabelecidas com o Governo de Moçambique, academia, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento.

Estes parceiros trabalham em concertação para conduzir pesquisas, desenvolver capacidades nacionais e informar a resposta humanitária. A OIM contribui para o discurso nacional e regional sobre migração, através da produção de publicações, apoio a eventos relacionados com migração e envolvimento dos meios de comunicação social.

O quadro de comunicação e visibilidade da OIM Moçambique estabelece uma comunicação bidireccional entre a OIM e os intervenientes assim como beneficiários relacionados, a fim de assegurar a transparência, a responsabilização e o feedback, e reforçar a colaboração na implementação desta estratégia.

A OIM Moçambique coordena com a ONU Moçambique e a Sede da OIM para apresentação de materiais de comunicação em plataformas acessíveis, incluindo meios de comunicação social, comunicados de imprensa e website.

Em conjunto com os parceiros nacionais, estabelecer passos claros para o desenvolvimento de campanhas de comunicação, incluindo o desenvolvimento de mensagens, identificação de audiências, divulgação e feedback.

Materiais são desenhado para melhorar a compreensão da experiência de migração. Ao longo de todo o processo, é dado grande valor à comunicação em múltiplas línguas, ao envio de mensagens através de uma variedade de formatos, e foco na utilização dos meios mais eficazes e adequados ao consumo local e às necessidades dos meios de comunicação. A produção de materiais impressos e digitais claros, informativos e úteis, incluindo meios de comunicação social, são para melhorar a comunicação e a visibilidade do programa. Responder aos pedidos dos meios de comunicação social e envolvimento com jornalistas em coordenação com o Governo de Moçambique, para facilitar a disseminação de mensagens através dos meios de comunicação social. Actividades de divulgação e sensibilização através de campanhas de rádios comunitárias, brigadas móveis e sensibilização para divulgar mensagens essenciais e oportunas para facilitar os esforços programáticos da OIM e a melhoria de resultados comunitários.

Mulheres do campo de reassentamento de Mandruzi iniciaram um grupo de tecelagem para que pudessem desenvolver sustento e providenciar pelas suas famílias. A OIM apoiou o grupo com agulhas, fio de algodão, um ofício com espaço amigável e transporte para que possam compartilhar o aprendizado em outros campos de resssentamentos. © OIM Fevereiro 2020/Sandra BLACK

OIM
ONU MIGRAÇÃO

mozambique.iom.int
iommaputo@iom.int

Rua Joseph Kizerbo 139,
Sommershield, Maputo,
Moçambique

@IOMMozambique
@IOM_Mozambique
@IOM_Moz